



Anais da Assembléia

Nº 130

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 1975.

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 190ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 1975 (Terça-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Leopoldo Jacomel.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Dácio Leonel (51); achando-se ausentes os Senhores Deputados Maurício Fruet, Nelson Buffara, e Accioly Neto (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 68/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 126/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Bela Vista do Paraíso, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública do referido município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 68/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de junho de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Bela Vista do Paraíso, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 126/75

A Proposição em tela, oriunda da Mensagem Governamental 35/75, encaminha para os fins constitucionais cópia do Termo de Convênio celebrado em 30 de junho de 1975 pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Bela Vista do Paraíso, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública da sede do referido Município.

A competência para a celebração de convênio, ad referendum da Assembléia Legislativa segundo o Art. 47 inciso IX, da Constituição Estadual, é do Senhor Governador do Estado.

Analisando-se os objetivos do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do aludido município.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 22, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 68/75

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 191ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 1975 (Terça-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Fabiano Braga Cortes e Leopoldo Jacomel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Dácio Leonel (51); achando-se ausentes os Senhores Deputados Maurício Fruet, Nelson Buffara, e Accioly Neto (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

- de autoria do Senhor Deputado Aguinaldo Pereira Lima, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 101/75.
- de autoria do Senhor Deputado Alfredo Gulin, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 129/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Mesa, após ouvido o plenário, seja consignada em ata, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Emílio Andreatta, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Requer, outrossim, que após sua aprovação, dê-se ciência do mesmo à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Júlia Wanderlei, 998, Ponta Grossa, Pr.

O presente requerimento justifica-se pelo fato que o extinto era membro de tradicional família pontagrossense que muito contribuiu para a comunidade local.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João de Lima, ocorrido na cidade de União da Vitória.

Pessoa nascida e radicada a longos anos em União da Vitória, ferroviário aposentado, com vasto relacionamento nos meios desportivos, de vez que nos áureos tempos, ele fora um grande mentor do então União Esporte Clube, sendo incentivador de primeira linha do esporte bretão em Porto União da Vitória.

Requer, outrossim, seja à família enlutada cientificada do teor deste requerimento.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, requer após ouvido o plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje voto de louvor à Direção da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, através de seu Diretor Presidente Dr. RENATO ANTONIO JOHNSON, pela instalação de mais sessenta novos terminais telefônicos nesta Casa de Leis.

JUSTIFICATIVA:

Achamos que com este requerimento estamos representando o pensamento da maioria dos Senhores Deputados com assento nesta Casa, senão de todos. A instalação dos telefones diretos em nossos gabinetes nos propicia maior desenvoltura de trabalho, o que não acontecia quando usávamos o PBX, pois as telefonistas, embora embuídas da maior boa vontade, não conseguiam atender a todos os pedidos. Agora temos condições de nos comunicar. Entrar em contatos melhor e mais freqüente com os Prefeitos dos municípios do interior que aqui representamos, atendendo-os com maior perfeição, bem como, com as

Secretarias de Estado, entim todas as repartições estaduais, e federais com que necessitamos entrar em contato para maior eficiência de nossos trabalhos. É analisando os grandes benefícios que nos sentimos gratos na obrigação de louvor à direção da Telepar, que tendo à testa homens dinâmicos, não se contava ante a série de dificuldades para instalar estes terminais, demonstrando uma vez mais porque o Paraná se encontra em lugar de destaque no setor de telecomunicações no âmbito nacional, fruto de trabalho e dedicações de todos que compõe esta empresa.

Outrossim, requer, que da decisão do plenário se dê ciência ao Diretor Presidente da TELEPAR, Dr. Renato Antonio Johnson, como também ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1975.

a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência, após ouvido o plenário, que seja encaminhado apelo ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), no sentido de determinar providências para que o Bairro dos França e os distritos de Lageado, Biolândia e Natingui, no município de Ortigueira, recebam energia elétrica fornecida por aquela empresa.

Localidades progressistas, com apreciável número de residências e casas comerciais, o fornecimento de energia elétrica viria ampliar seu desenvolvimento, além de beneficiar os moradores com o conforto que a mesma proporciona.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1975.

a) DEL CIEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, para que designe um Órgão Competente, para a campanha de esclarecimento aos pedestres na travessia das vias públicas. E obrigando a passagem nas faixas com sinal adequado, tornando-se prudente e conseqüentemente a diminuição das vítimas do trânsito. Que a culpa não cabe só ao motorista, mas na maioria dos casos aos pedestres.

O órgão competente deveria incentivar a campanha através de Jornal, Rádio, Televisão, etc.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. PAULO CARNEIRO RIBEIRO, DD. Secretário de Estado da Agricultura, solicitando seja instalado em CÉU AZUL, um Posto de Vacinação contra a febre aftosa.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

As localidades de Matelândia e Céu Azul, onde ao lado da Agricultura, a pecuária se constitui no sustentáculo econômico

da região, estão carentes de uma melhor disciplina e atendimento por parte do setor encarregado da vacinação e formalizações para o transporte e outros assuntos relacionados com a criação de gado.

Dependendo inteiramente das atividades do posto do município vizinho, onde a própria fiscalização é deficiente e o vacinador não passa nas épocas pré-determinadas, às vezes por um lapso de 8 (oito) meses, o pequeno criador precisa ir buscar autorização para comprar a vacina e novamente voltar à Medianeira para devolver as fichas referentes ao gado vacinado.

Para o transporte de bois ou de bezerros é necessário retirar autorização no posto de Medianeira, a qual só tem validade por 24 (vinte e quatro) horas e, no caso de qualquer contratempo, deverá fatalmente ser renovada.

Essa maratona tem que ser repetida constantemente, obrigando os criadores a percorrer perto de 80 (oitenta) quilômetros (ida e volta) para tratar de qualquer interesse relacionado com o setor de produção a que está afeto.

O trabalho desenvolvido por esses homens, que lutam incessantemente pelo desenvolvimento de nosso Estado, deve ser prestigiado pelo órgão da administração estadual responsável pelo atendimento e fiscalização desse importante setor de atividade.

Essas, as razões pelas quais solicitamos da administração estadual a devida atenção para solucionar esse problema afeto à Pasta da Agricultura, instalando um posto no município de Céu Azul para atendê-lo juntamente com o de Matelândia, dividindo assim de modo racional as regiões e respectivas jurisdições.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, observados os dispositivos regimentais, requer, ouvido o plenário o envio de ofícios ao Governador do Paraná e ao Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., solicitando regime de urgência para o processo de instalação de uma agência do BANESEDO na cidade de Santa Cruz do Monte Castelo, sede do município com o mesmo nome.

JUSTIFICATIVA:

O Paraná é responsável por 16 por cento da produção agropecuária e colabora com 20 por cento das exportações brasileiras.

SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, potencial esteio do progresso paranaense, notabiliza-se no cenário econômico de nosso Estado em razão de seu desenvolvimento, do trabalho heróico de sua gente e de sua privilegiada posição geográfica pela proximidade com a fértil região sulmatogrossense. Em síntese, SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO faz-se presente nos números que atestam a influência paranaense no crescimento nacional.

Entretanto, apenas uma agência bancária da organização BRADESCO atende esse município e a ausência de um banco paranense, acarreta enormes dificuldades, facilmente aquilatáveis, ao movimentado comércio, à pujante agropecuária e à solidez de suas indústrias extrativas e de transformação.

É altamente promissor o futuro de uma agência do BANESEDO em Santa Cruz do Monte Castelo, pois para ela convergiram os movimentos dos municípios circunvizinhos de Querência do Norte, e São Pedro do Paraná, ressaltando-se ainda, que o município pleiteante faz parte do Corredor de Exportações e é passagem obrigatória dos que transacionam com a região Sul do Estado de Mato Grosso.

Estes motivos e inúmeros outros motivam a apresentação desse requerimento e temos certeza que as autoridades às quais nos dirigimos os levarão em conta.

Autoridades e povo de Santa Cruz do Monte Castelo espe-

ram confiantes e aguardam com justo otimismo que o Governo do Estado do Paraná instale brevemente uma agência do Banco do Estado do Paraná naquela comuna, retribuindo dessa forma a maciça participação que o caracteriza na patenteação da soberania econômica do Estado.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Com a palavra o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, primeiro orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Declino.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Dácio Leonel, segundo orador inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos esta tribuna hoje a fim de que possamos registrar com satisfação que pudemos verificar "in loco" a realização de mais uma importante obra da Secretaria dos Transportes, através do Departamento de Estradas de Rodagem, qual seja a ligação asfáltica entre os municípios de 1º de Maio e Sertãoópolis. Lá estivemos e já pudemos aqui fazer menção, quando no início de nosso mandato, de um apelo ao Sr. Secretário dos Transportes para que olhasse, com muito carinho, a realização daquela obra. Recentemente voltamos a esta tribuna para dar as informações de que havia sido autorizada o início desta obra ligando 1º de Maio a Sertãoópolis, e pudemos agora estar presentes no município de 1º de Maio e verificar o trabalho que ali se desenvolve no sentido de concretização do velho sonho dos moradores daquele município. Também estivemos no município de Alvorada do Sul, inclusive já com as informações definitivas do Sr. Secretário dos Transportes de que no próximo mês de novembro será posta em concorrência a obra para a ligação asfáltica entre Alvorada do Sul e Margarida, que será iniciada no mês de março. Uma informação que gostaríamos de prestar à Casa diz respeito ao pronunciamento que fizemos, também no início dos nossos trabalhos parlamentares, com referência ao acesso à Universidade de Londrina. Pudemos informar que o Sr. Secretário dos Transportes, já deu a notícia definitiva que está sendo elaborado o projeto e também para o exercício de 1976, deverá ser iniciado aquele acesso do trecho de transposição da Rodovia Celso Garcia, tão reclamado em função do elevado número de universitários que têm necessidade de transpor aquela rodovia para chegar aos campus universitários.

Gostaríamos de fazer, desta tribuna, um registro a uma atitude que vem sendo tomada em Londrina através dos Rotaris daquela comuna, uma vez que os rotarianos têm se reunido conjuntamente, todos eles, e levado àquela cidade secretários de Estado do nosso Governo, para que ali sejam sabatinados e para que ali façam uma explanação das suas Secretarias e dos trabalhos que vêm desenvolvendo em benefício do Paraná e de sua gente. Inclusive pudemos, na noite de ontem, participar de uma reunião do Rotari Clube de Londrina, no Clube Alemão, em que se fez ouvir o Sr. Secretário dos Transportes, ocasião em que assistimos a uma reunião brilhantíssima e pudemos sentir, em Londrina, junto a este Clube de Serviços que, efetivamente, a presença deste secretário e de secretários de Estado e autoridades do Governo, tem sido do maior valor, através da sabatina e dos debates, pudemos conhecer também através, das obras que se executam e através das demais secretarias do Estado, o trabalho que se realiza.

Registramos, desta tribuna, nossos cumprimentos aos rotaris de Londrina porque, em assim agindo, estão trazendo um benefício, uma informação e demonstrando interesse em favor de suas comunas.

Apenas isto, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado De-

ni Schwartz, orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Esta Casa recebeu para exame e elaboração, o Projeto de Lei do Orçamento Plurianual de Vencimento, período 76/78, bem como o Projeto de Lei Orçamentária para 76; juntamente com o primeiro, recebe a Assembléia o documento do Executivo, denominado Objetivos e Metas de Desenvolvimento. Tais projetos e documentos nos parecem, representam o que mais importante foi remetido à Assembléia, pelo Executivo, nesta legislatura. Pela Constituição, está o Legislativo praticamente impedido de realmente deliberar sobre matéria orçamentária. Infelizmente, a mesma Constituição, o mesmo texto constitucional nos parece incorreto, que nos parece correto ao tentar impedir a transformação das leis orçamentárias em documentos estéreis e inviáveis. Não foi complementado com atos que atribuíssem ao Legislativo a sua verdadeira função em relação à matéria, sob a justificativa de se evitar o retalhamento das propostas orçamentárias, retirando-lhes a unidade e modificando-lhes seus objetivos, proibiu-se no legislador a iniciativa de leis que venham alterar despesas e limitou-se as possibilidades de emendas.

Faltou, no sentando, atribuir-se ao legislador, como legítimo representante dos cidadãos, a missão, inerente ao Poder, de fixar os objetivos e metas do Governo.

Oportuno é lembrar as palavras do eminente brasileiro ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Aliomar Baleeiro:

“A visão do político se dirige aos “fins”, às “políticas” (no sentido de “policy”, diretriz, alvos), “o que convém ao País e aos cidadãos em dado momento.

O técnico não tem que escolher os fins, mas indicar os meios idôneo.

O político escolhe o objeto da ação do Estado, e técnico diz “como” esse objetivo pode ser alcançado praticamente. O técnico está para o político na posição de boticário para o médico; avia a receita, segundo as regras do seu ofício, mas não se substitui ao doutor”.

Acrescentaríamos, às palavras do honrado liberal, que toda vez em que o político abre mão de seu direito, o dever de determinar os “fins”, as “diretrizes”, os “alvos” do Estado em favor do técnico, temos o aparecimento tão discutido do tecnocrata, determinando os fins e se abandonando os meios.

Tecnocratas que não caldeados pelas lutas políticas, surdos e cegos às necessidades sentidas e sofridas pelo homem, o transforma em meio, esquecido que ele é fim e toda e qualquer ação. Dentro desse pensamento, desse posicionamento quanto às relações Executivo/Legislativo, é que passo a analisar alguns aspectos das mensagens enviadas à Assembléia.

Inicialmente gostaríamos de afirmar que consideramos completamente extemporâneo e inútil o envio do documento “Objetivos e Metas de Desenvolvimento” em conjunto com o Projeto de Lei Orçamentária Plurianual de Investimento.

Extemporâneo por ter sido remetido após quase seis meses da posse do Sr. Governador e mais de um ano de sua desinção.

Que se fez nesse ano, decorrido entre a designação e a remessa à Assembléia, das Metas do Governo?

Inútil por ser uma consequência do outro e não peças que deveriam ser analisadas conjuntamente.

A discussão pela Assembléia, do “Objetivo e Metas de Desenvolvimento”, “a priori” possibilitaria ao político participar da determinação dos “fins” das “políticas” a que se referiu Aliomar Baleeiro.

O debate sobre o Orçamento Plurianual de Investimento “A posteriori” seria então apenas sobre os meios para atingir pré-determinados. Com as limitações constitucionais, o exame em conjunto impede alterações das metas porventura julgadas necessária pelo Legislador. Não houve participação do político na fixação dos fins. Qual a razão e utilidade de sua interferência na determinação dos Meios?

Acrescente-se a estes fatos, a crise em termos nacionais, anunciada pelo Sr. Presidente da República, que fará alterar totalmente quaisquer previsões anteriormente feitas.

Assim, posto o problema, cremos que tanto um como outro, documento, são de única responsabilidade do Executivo, não se tratando de peças que verdadeiramente deveriam compor um plano de Governo, este considerado como um todo”.

Não deveria esta Assembléia gastar alguns mil cruzeiros, numa época de crise, para pagar um exame de uma peça que não precisa ser examinada. Não há necessidade de apelo a um programa que não é de governo é do Executivo, possibilitar a sua ação, e portanto, compete as responsabilidades, nele existente.

“Pela oportunidade do assunto e pela necessidade de os diversos poderes, permitam-nos, Srs. Deputados, alongar-nos fazendo algumas considerações sobre os documentos citados, que parece-nos, exemplificar a falta de diálogo com o elemento político na sua elaboração.

Tomaremos para tal, o setor Educação e Cultura.

Neste, é que segundo o nosso ponto de vista, maiores as distorções, distorções estas, diga-se a bem da verdade, resultado de anos de verdadeira indigência política de nosso Estado.

Compare-se os orçamentos do Paraná e do Rio Grande do Sul para 1976.

No Rio Grande do Sul, o orçamento para Educação, de recursos oriundos do Tesouro, somam um bilhão, 870 milhões de cruzeiros, Enquanto que No Paraná, esta soma é de um bilhão, 239 milhões de cruzeiros.

Compare-se os orçamentos do Paraná e do Rio Grande do Sul para 1976:

Cód.	Especificação	PR	RS
807	Administração	128.893.000	111.197.000
822	Telecomunicações	5.307.000
840	Programas Integrados	135.300.000
842	Ensino de 1º grau	577.650.000	1.267.417.000
843	Ensino de 2º grau	155.948.000	222.627.000
844	Ensino Superior	149.055.000	9.870.000
845	Ensino supletivo	21.979.000	47.950.000
846	Educ. Física e Desportos	43.784.500	7.891.775
847	Assist. a Educandos	2.617.000	148.616.375
848	Cultura	19.607.000	35.762.000
849	Educação Especial	4.533.500	11.800.000
881	Assistência	2.000.000
		1.239.367.500	1.870.438.150

Este quadro, Srs. Deputados, que constam do meu trabalho, merecem algumas considerações:

“a) Com as dificuldades inerentes à comparação, face distinto ponto de vista no enfoque do problema orçamentário, o quadro retrata a aplicação de recursos providos do Tesouro.

b) A comparação dos gastos no ensino de 1º e 2º grau demonstra claramente, a desvantagem de nosso Estado, mesmo se considerarmos como deste setor a importância do Código 840 “Programas Integrados”.

Para agravar o problema, e o próprio OMD quem informa, nossa população é constituída em mais de 50 por cento de jovens com idade inferior a 19 anos.

Outro agravante é o número irrisório de unidades do PREMEN (ajuda federal) em nosso Estado em comparação com o vizinho do Sul.

Cremos estar aí um assunto para amplo debate, pois, tal situação está obrigando os nossos municípios a arcarem com o ônus do ensino de 1º e até do 2º grau, para os quais não estão preparados economicamente, ou mesmo estruturalmente”.

Cremos estar aí, Srs. Deputados, na dotação que lhe são destinadas, um assunto para amplo debate, para que não fiquemos, nesta Casa, a discutir o Estatuto do Magistério, a discutir vencimentos de professores, quando pegamos o orçamento do

ano que vem, vemos que para uma mesma população, provavelmente maior população de 1º e 2º graus, do que o Rio Grande do Sul, dispomos apenas da metade da verba que dispõe aquele Estado.

É esta uma das razões, Srs. Deputados, que nós ao irmos para o Interior, estamos a ver o clamor de prefeitos da Arena e do MDB, de chapéu na mão, por falta de dinheiro para pagar professores.

Porque, no Estado do Paraná, estamos constantemente, diariamente, a passar a incumbência do ensino primário, e até do 2º grau, para as Prefeituras.

Mas é no Ensino Superior, Srs. Deputados, que encontramos, no nosso ponto de vista, a grande deficiência deste Estado.

O SR. NILSO SGUAREZI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Antes de V. Exa. entrar no que se refere ao Ensino Superior, desejamos solicitar este aparte para nos referirmos ao Ensino Primário.

Os dados que V. Exa. apresenta são realmente gritantes. Anotei aqui a diferença entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Paraná, da ordem de 700 milhões de cruzeiros para o Ensino Primário.

Considerando que a população do Paraná é bem mais nova, o que vale dizer que temos um número bem maior de educandos para o curso primário, entendo que essa diferença fica mais gritante ainda.

Todavia, essa diferença na aplicação do orçamento, pode ser sentido. Sei perfeitamente que no Rio Grande do Sul, professores primários têm um salário condizente, e realmente o Ensino Primário do Rio Grande funciona a contento, pelo Estado, o que não acontece aqui no Paraná. V. Exa. frisou muito bem o problema gravíssimo para as prefeituras, onde somos constantemente interpelados pelos prefeitos, no sentido de fazer alguma coisa, para que o Estado arque com esse onus no pagamento dos professores. O que me parece é que de nada valerá, se não houver uma mudança na estratégia do Governo.

V. Exa. não estava presente quando o eminente Governador do Estado esteve na Assembléia. Já havia, em data anterior, conversado com V. Exa. e V. Exa. havia me relatado a diferença também no tratamento com o Ensino Superior no Rio Grande do Sul. V. Exa. estava viajando ao interior e não assistiu, mas uma de minhas perguntas ao Sr. Governador, aproveitando a presença de S. Exa. e que V. Exa. terá oportunidade de revelar à Casa que o Estado do Paraná é onerado no Ensino Superior, não podendo por isso, dar um tratamento mais condigno e que deveria merecer o Ensino Superior.

Nobre Deputado Deni Schwartz, quero congratular-me com V. Exa., que traz à Casa e principalmente ao Estado, essa demonstração inequívoca de que embora não possamos alterar o orçamento embora a figura do deputado, como disse V. Exa., esteja relegada ao segundo plano, porque os tecnocratas acambarcaram as verdadeiras funções do deputado, que é dar destino às verbas, verbas para os fins prioritários do Estado. V. Exa. com esse pronunciamento, com esses dados, com esse cuidado em buscar informações em outros estados, demonstra que não estamos aqui nesta Assembléia apenas para dizer "sim" aos atos governamentais, mas dentro de nossas limitações, apresentamos críticas construtivas e um alerta, de que para o futuro deve haver uma recolocação de posição; de que esse orçamento que vem aqui e que não pode ser mudado, é mais um ultraje que se faz ao Poder Legislativo, não só deste Estado, mas de todos, que é chamado para não decidir nada.

Então a contribuição de V. Exa. fica marcada para quando um dia nesta Nação a política ocupar o seu lugar e podendo numa vez ativa atender às reais necessidades do povo, dando aos recursos a sua verdadeira destinação, então, o seu pronunciamento

to serpa a marca toante de que nesta época havia alguém preocupado com isso.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte e reafirmo que o objetivo único e exclusivo dessa manifestação, não é no sentido de crítica, mas para vencermos a nos conscientizar de um problema de nosso Estado, e que deve ser levado muito a sério pelos Srs. Deputados.

Prossigo exatamente fazendo comentários sobre a destinação das verbas ao Ensino Superior.

(Lendo): "No Ensino Superior parece-nos, no entanto, a grande defasagem. O Paraná cresceu rapidamente e se adiantou no setor do Ensino Superior, contrariando mesmo a atual lei de Reforma do Ensino e prejudicando a educação da base".

Para exemplificar, basta citar que no Rio Grande do Sul esse problema está sendo minuciosamente estudado e que em função da impossibilidade da simples e pura federalização dessas Universidades, já existentes, seriam, então, formadas fundações.

Quero, nesta oportunidade, dizer alto, claro e bom som, desde já desaprovo e me recuso a discutir problema de tal monta. Não podemos nos conformar em termos de, um tratamento diferente para nosso Estado, Nosso Estado é novo, tem uma população igual a do Rio Grande do Sul e merece tratamento igual dado aos outros estados desta Nação. Não podemos, nem com um terço, nem com dois terços, participarmos de fundações. Têm que ser federalizadas as Universidades estaduais deste Estado e mais, tem-se que reunir as faculdades isoladas nessas universidades para que ocorra o que ocorre no Rio Grande do Sul, Apenas nove milhões de cruzeiros são gastos com o Ensino Superior e assim mesmo gastos com bolsas de estudos."

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Nesta oportunidade, Deputado Deni Schwartz, gostaria de lembrar a V. Exa. que a nossa posição é idêntica a sua. Comentávamos no início desta Legislatura, quando fizemos um apelo ao Sr. Ney Braga, Ministro da Educação, que era um absurdo o que acontecia. Enquanto outros ministros, oriundos de outros estados levam para seus estados naturais certos benefícios, às vezes, depois que passam suas gestões, gritantes com relação a uma paridade que deveria haver por parte de todo o seu ministério, vemos, quando chega a nossa vez, quando nosso Estado tem representante junto ao Governo Federal, no caso da Educação e Cultura que para nós é impossível.

Estou com V. Exa., não concordo com este tipo de tratamento. O Sr. Ney Braga tem o dever e a obrigação de olhar para o Paraná. Neste sentido já falei e repito aqui nesta Casa, seria consagrado como Ministro da Educação em nosso Estado, no momento em que ele federalizar as três universidades estaduais, ou seja de Ponta Grossa, Londrina e Maringá. A única forma de desfogarmos, inclusive, o Ensino primeiro e segundo grau seria o de dar ao Estado fôlego e condições financeiras para atender melhor estes dois níveis de ensino, que obrigam o Estado a investir enormes somas.

Por isto estamos com um pensamento uníssono em torno do assunto. Talvez devêssemos tratar este assunto de outra forma mais tarde ou daqui para diante. Deveríamos ir ao Ministro da Educação e saber por que não pode o Paraná. Soubemos, já disse isto aqui e repito, através de um dos assessores de S. Exa. que não poderia fazer isto para o Paraná, porque tinha outros estados com problemas iguais. Mas, que se resolva primeiro o problema do Estado do Paraná, depois far-se-ia um estudo mais aprimorado para que aconteça o mesmo tratamento com relação aos demais estados.

O Paraná tem tido com isso um enorme onus porque as fundações que hoje são fundações estaduais, como é o caso de Maringá, Londrina e Ponta Grossa, não tem absolutamente condições de auto-suficiência. Maringá, como V. Exa. deve saber através dos jornais, está atravessando uma fase seríssima, com re-

lação a reitoria, renúncias, apelos dramáticos e patéticos, porque está falida a Universidade.

Não sei qual é o caso específico de Ponta Grossa e Londrina, mas o caminho é este, porque senão há condições de sobrevivência, sem ajuda e filiação direta junto ao Governo Federal, como política do Governo Federal. V. Exa. sabe que desde a Lei 592 preconiza a passagem do primeiro grau para o Município, do segundo grau para o Estado e terceiro para a União, dentro do espírito do terceiro grau a união típica e que fazemos este apelo e ouvimos com muito carinho a palavra de V. Exa., com referência ao assunto.

É o momento do Paraná, através de sua representação de dois Partidos no Governo Federal, fazer uma pressão política e fazer ver ao Ministério da Educação e ao Sr. Presidente da República que é uma necessidade que teríamos para o Paraná, o privilégio de federalizar umas tres universidades. Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu é que agradeço o aparte, principalmente vindo do ex-Secretário de Educação que viveu, durante algum tempo estes tópicos que estamos abordando e diria mais, indiscutivelmente não podemos deixar de reconhecer que o Paraná necessita dessas universidades dessas faculdades. Não podemos deixar de reconhecer, a bem da verdade que o Sr. Jayme Canet Jr. não tem uma maneira de se livrar deste ônus a curto prazo, mas temos de ponderar, de acordo com o cálculo feito e constante de uma emenda ao orçamento plurianual que tive oportunidade de ler, cálculo este feito pelo nobre Deputado David Federmann e Luiz Carlos Zuk, que cada aluno, custará em 1976, nove mil, duzentos e vinte e nove cruzeiros.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — O Cálculo foi feito de nove mil e poucos cruzeiros. Para o Estado, V. Exa. imagine, mais o custo do aluno que paga em Maringá mais de 300 cruzeiros mensais. Então, alguma coisa está errada, porque se fosse o aluno como na federal, sem ônus para o que estuda, seria viável, mas está pagando acima porque o custo da Universidade Federal, por ano, é mais baixo que as faculdades estaduais.

O SR. DENI SCHWARTZ — Repito o dado porque me parece bastante importante.

Segundo o cálculo do Sr. deputado David Federmann e do deputado Luiz Carlos Zuk, é de 9 mil 229, fora, como bem disse o ilustre deputado Gabriel Sampaio, o que o aluno paga. Agora faço um desafio, a qualquer um dos Senhores que tragam a este Deputado uma só normalista que, trabalhando para o Município, excluídos os cinco maiores, receba isto por ano.

Ao contrário, em municípios menores, uma normalista, trabalhando o ano inteiro, dando aula no primário, recebe 500 cruzeiros, ou seja, seis mil por ano. Gastamos mais com o aluno universitário aqui neste Estado do que com o pagamento de professores que adentram nos municípios para ministrarem aulas no meio rural.

O que dizer então das não tituladas que ganham 200 a 250 cruzeiros, isto quando recebem?

O próprio Estado paga às suas professoras do 1.º Ciclo, importância não superior àquela.

Temos, a partir desta Casa, de iniciar um movimento, por uma série de medidas que são necessárias neste Estado. O Sr. Ministro, e disse bem o Deputado, está a alegar que, devido à lei não se pode mais federalizar universidades. Mas este mesmo ministro quando Governador, tinha uma máxima: "Aos amigos, tudo; aos inimigos, a Lei." Será que o Paraná agora virou inimigo para se aplicar aqui a Lei, ou, todos nós olvidamos quando o então Governador do Estado Parigot de Souza foi a Santa Maria receber o título de Cidadão Honorário, por ter sido ele, paranaense, também um dos que votou a favor da federalização daquela universidade? onde está a recíproca para com este Estado que tem dado tanto de si para esta Nação? Não há lei que impeça a federalização de universidades, principalmente num Estado novo.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eu estou homenageado de ver V. Exa., com brilhantismo, trazer tema de tão grande relevância para o Estado do Paraná, como é este que V. Exa. da tribuna expõe e até mesmo contesta uma parte ou quase toda, a estrutura filosófica deste anteprojeto deste Projeto de Lei Orçamentárias trienal. Realmente, V. Exa. aborda com propriedade as questões relativas, sobretudo relativa à educação, e eu quero incorporar ao pensamento de V. Exa. e aduzir mais: se um Estado, se um membro de um Estado-Nação como é o caso do Estado do Paraná, não seja estruturado na educação e na cultura, pouco se pode esperar no futuro dos seus filhos. Evidentemente que não só no Paraná, mas nós estamos no Paraná e viemos falar de Paraná, existe uma distorção com a classe que se tornou honorífica, a classe dos professores, destes professores, destes profissionais dedicados, investidores de futuro, sobretudo dos professores primários, dos professores que ora são chamados de 1.º e 2.º grau, recebem salários - em tese - salários/fome e muitas vezes não recebem com o devido cuidado de seus vencimentos, não se poderia exigir do professor, justamente por lhe dar condições o Estado, de, preparar adequadamente as aulas, de não lhe permitir um estado psicológico compatível com o instrutor, com o mestre, com o professor. Não são os salários, mas o sistema.

Ao analisar certos aspectos, o abordei no dia 8 do corrente, desta tribuna, a questão relativa à aplicação de verbas setoriais. Por exemplo, a destinada a educação no triênio, 5 bilhões, 289 milhões de 549 mil cruzeiros - representando 55 por cento do orçamento plurianual de 74; e vi logo depois, e enfatizo aqui, que para reformas palacianas estão sendo consignadas verbas só para o ano que vem, de 5 bilhões, 500 milhões de cruzeiros. Acho até meio difícil de se entender esta cifra tão elevada, parece-me, por outro lado, no setor da agricultura. Então, nobre Deputado, veio lembrar também, incorporando ao brilhantismo da preocupação de V. Exa. estas minhas notícias, estas minhas lembranças e a nossa preocupação, de que o Governo é instalado, é instaurado para administrar e dar condições ao programa de grande alcance que em muitas vezes, eu lembro que são onze anos de revolução, que não mexeu ainda na estrutura, na base do País, na base do Estado que se faz, não corretivo mas modificativos numéricos e até filosóficos se é que existe filosofia neste orçamento desta Casa. Incorpo-me a V. Exa. e deixo o meu testemunho de tristeza pela preocupação que os governos têm tido em todos, ou em quase todos os estados e ainda ao setor educacional e aos setores setores de produção, uma consignação orçamentária compatível com o futuro da Nação.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Gostaria de fazer uma consideração rapidamente, e de certa forma contestar as afirmações do colega Deputado, Fidelcino Tolentino, e dizer de que se habituou, diga-se a bem da verdade, a se reclamar das coisas, sem termos a condição de discuti-las sem maiores dados. O Paraná que tem um contexto nacional dentro das implicações de um país subdesenvolvido, de um país com dificuldades econômicas, de crescimento etc., o professor não ganha mal, o professor de segundo grau tem um salário quase compatível às funções que exerce.

Por exemplo, um suplementarista do Estado, ele tem um salário razoável, o que falta ao professor suplementarista é uma garantia jurídica, um regime que lhe garante tranquilidade em relação ao seu futuro e a sua família, que é o grande drama do professor do Paraná.

Nunca foi feito, houve o aumento sem o aumento de carga horária. E depois a Lei ficou sem condições alguma de ser aplicada tendo em vista a defasagem do tempo, entre o aumento de vencimentos e a possível regulamentação deste artigo 2.º no que diz respeito à carga horária.

Outro ponto. O professor recebe em dia e talvez hoje está seja uma das coisas que não se possa alegar. Graças a Deus, não

com a quantidade necessária, mas recebe em dia. E digo mais. O problema do suplementarista que fica sem receber até julho, não é por falta de dinheiro e está é uma das coisas que mais me causou revolta quando Secretário de Educação. A Secretaria de Finanças, da Fazenda na época, enviava mensalmente a importância para pagar a carga horária de aulas suplementares. Mas a burocracia, a falta de condições da Secretaria de Educação e Cultura, em pessoal e sistema, impedia que a documentação necessária chegasse em tempo.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — É problema de estrutura.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Deputado Fidelcino Tolentino, perdoe o aparte paralelo, porque esta luta por um instituto do magistério? Porque se for feito um levantamento, veremos que 30 por cento está nas salas de aula, o resto não está. Alguns estão na Assembléia, outros na Secretaria das escolas, outros em diversos órgãos, prejudicando o bom professor, que poderia realmente receber um ordenado, uma remuneração condigna, até superior ao que ele imagina. A estrutura precisa ser colocada em ordem. O professor é para dar aulas. O técnico vai para a Inspeção para a Direção, etc. Esta é a grande preocupação que temos em relação ao Estatuto do Magistério. Alguns professores querem o Estatuto para aumentar os vencimentos. Seria mais fácil ao Governador baixar um decreto aumentando "X" por cento. Acabaria com o problema.

A luta do magistério é colocar o professor em sua classe e carreira, fazendo com que tenha melhor tratamento e remuneração. Queria refutar de certa forma o que falou o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino e desculpem se me alonguei.

O SR. DENI SCHWARTZ — Voltando ao assunto do orçamento gostaria que fosse observado tanto no pluri-anual como no orçamento para 76, a verdadeira defasagem que existe em outros códigos. Com "Assistência para Educandos" estão previstos dois milhões de cruzeiros. O Rio Grande do Sul, neste mesmo código, está com 148 milhões.

Na parte de esporte gastaremos cinco vezes e meia mais em educação física no Paraná do que no Rio Grande do Sul. Seria conveniente que trouxessem à Assembléia o que se tem feito em matéria de educação física no Paraná, porque se formos olhar, os atletas do Paraná estão em desvantagem com os do Rio Grande do Sul, que gasta muito menos que o Paraná.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Vejo que toda a questão é de dinheiro. Chamou-me a atenção quando V. Exa. começou a mostrar o grande conflito que acaba surgindo entre o Município e o Estado, quando se trata da realização de obras ou serviços públicos. É o prefeito que pede de chapéu na mão, é o prefeito que precisa de dinheiro, é o município que precisa atender às necessidades dos municípios e não tem condições econômicas, ficando na dependência dos fatores da administração estadual que, por sua vez, fica na dependência de favores da administração federal. O Estado transfere aos municípios muitos serviços de sua competência.

Diante da insuficiência de dinheiro no Estado e nos municípios para atender a grande gama de problemas, este conflito me faz lembrar uma poesia de Manoel Bandeira, que diz: "Enquanto o poeta municipal briga com o poeta estadual, o poeta federal tira ouro do nariz".

Enquanto o município briga com o Estado e o Estado com o município, a União, o Poder Central fica com todo o ouro.

Ouro que, muitas vezes, é mal usado para subsidiar exportações que não trazem verdadeiro benefício para este País. Acho que devemos tomar consciência nesta hora, e procurar que alterasse se a sistemática tributária prevista na Constituição.

Porque, todos precisaríamos tomar consciência, porque enquanto houver essa centralização, o Governo Federal distribui benesses a seu bel prazer. E evidentemente o Governo Federal,

está distribuindo muito mais ao Rio Grande do Sul, que ao Paraná ou ao Mato Grosso.

É necessário que se acabe, de uma vez por todas, com o estado unitário e autoritário que estão impondo neste País. Porque, enquanto assim permanecer, continuaremos nós, estaduais e municipais, nesta posição de inferioridade, enquanto que os federais continuam tirando ouro do nariz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Mas, Srs. Deputados, alguma coisa mais devo aduzir já em outros setores, com respeito a esses documentos que tivemos a paciência de examinar, superficialmente.

Temos aqui o Projeto Plurianual de Investimentos de nosso Estado.

Para mim, mais uma listagem das necessidades do Estado que propriamente um orçamento. Por exemplo: em estradas, temos aqui: Integração da Região Oeste aos corredores de Exportação, 800 milhões de cruzeiros. Se procurarmos no Orçamento de 76, veremos que, se aprovado isto, estaremos dizendo o óbvio. Porque, tem no Orçamento duas palavras "e outros", que demonstram claramente que o Paraná não tem planos.

Consta assim, Corredores de Exportação do Oeste: estradas tais, tais e outras.

Não há plano, Srs. Deputados, como o do Orçamento plurianual do Rio Grande do Sul, que não é tão "papagaiado" como o nosso. Diz aqui, por exemplo: projeto número tal, estrada RS 115 - Gravataí - Viamão, está aqui quanto se aplicará por ano, e assim por diante. Com esse plano de governo sabemos onde irão as estradas e as verbas.

Agora "e outras", quer dizer claramente que o Governo, que a Secretaria de Transportes, não tem planos. Então, isto não precisava ser aprovado, é uma listagem de vontade do executivo. Nada tem a ver com plano de governo.

O SR. JURANDIR MESSIAS — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Deni Schwartz, ouvi com bastante atenção o pronunciamento de V. Exa.

Só queria acrescentar, ilustre Deputado, quanto às verbas destinadas às estradas que V. Exa. se refere, do orçamento do Rio Grande do Sul, perguntaria ao ilustre Deputado se o Governo do Rio Grande do Sul, quando da necessidade de construção de uma estrada que não está no orçamento, onde irá ele buscar as verbas para atendimento aquela estrada que não consta do orçamento?

O SR. DENI SCHWARTZ — À pergunta do nobre Deputado, responderia que um dos itens, até por sinal dos mais criticados, é o de Reservas Técnicas. Poderia jogar as reservas técnicas. Mas fora disso, poderia simplesmente o Sr. Governador do Estado, através de mensagem à Assembléia, dizer da necessidade de cancelar um recurso e transplantar para aquilo que julgasse urgente. Essa é a idéia do Orçamento.

O SR. DEL CIEL — Quero testemunhar a validade da preocupação de V. Exa. e, inclusive, sugerir à Comissão de Orçamento, para que proceda a eliminação de todos os "e outros", presentes na Lei Orçamentária do Paraná.

Há algum tempo, quando presidíamos com maior frequência às sessões desta Casa, e posteriormente em contato com companheiros da Comissão Executiva, dizíamos e analisávamos até mesmo com a preocupação e a possibilidade de chegarmos a ponto tal que falta nenhuma faria ao Estado fecharmos as portas da Assembléia Legislativa.

E isto estamos vivendo neste ano legislativo que se aproxima do seu final, em razão da concentração de poderes de decisão concedida ao Poder Executivo do Estado. Estamos no final do ano legislativo e duas matérias, tenho conhecimento, pelo menos duas matérias foram encaminhadas, de origem do

Poder Executivo a este Parlamentar, ao Parlamento do Paraná.

V. Exa. fundamenta bem e mesmo, se me permitisse a sua exposição, com relação ao setor educacional no Paraná, nós haveremos de, na próxima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, requerer à Casa o pronunciamento e o trabalho que V. Exa. apresenta nesta oportunidade, que será de grande valia, para as conclusões do trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito. Vai mais além a nossa preocupação, quando vemos que o Estado encampa dos municípios os possíveis setores que representam a arrecadação. Por outro lado, a União vem e encampa do Estado. A meu ver, estaríamos nos aproximando de uma época tal que o Estado, o Governo do Estado, passaria a atual tão somente no setor fazendário e a Prefeitura Municipal, pela sua arrecadação, através da Secretaria da Fazenda, do imposto territorial, predial e urbano.

É preocupação nossa, como de V. Exa. e certamente de todos os deputados, a análise da filosofia político-administrativa implantada no Paraná. Tem V. Exa. nosso reconhecimento e nossos aplausos pelo trabalho sério e pelo pronunciamento lúcido que apresenta nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Gostaria, de inserir dentro do mesmo pensamento, e trazer ao conhecimento desta Casa, outro assunto que me chamou a atenção ao comparar os dois orçamentos - Paraná e Rio Grande do Sul.

Aqui está o orçamento da Companhia de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, que é uma sociedade de economia mista e que corresponde à nossa Copel. Enquanto na Copel temos investimentos globais no orçamento plurianual do Rio Grande do Sul vemos um detalhamento completo. Por isto existem projetos, sub-projetos e atividades. Aqui está um detalhamento, por exemplo: Cidade Industrial linha número 1 ou Itajuba - São Vicente, para ser aplicado em 76, tantos mil cruzeiros.

Isto é plano porque está em conjunto com o plano de Governo, como estão as outras autarquias no Rio Grande do Sul. O que sabemos que a Copel vai fazer, onde a Copel vai instalar, seus armazéns, ou onde a EMOPAR, se aprovada, irá construir suas escolas. No Rio Grande do Sul há um plano. Aqui em nosso Estado não apenas uma listagem de intenções. Apenas a intenção.

Por isto chamo a atenção dos nobres Deputados e quero deixar bem claro que não vai crítica a quem elaborou esses orçamentos, o plurianual e o de 76. É vício deste Paraná. Esta Assembléia abriu mão de suas prerrogativas, anos atrás, de discutir esse orçamento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Queria ao iniciar este aparte congratular-me com V. Exa. pelo que traz a este plenário nesta tarde, no sentido de que alguma coisa tem que mudar em termos de representação pública.

No Paraná, desde o início da República, desde os princípios da revolução sempre tiveram os Srs. Deputados que por aqui passaram a prerrogativa de emendar os projetos orçamentários.

Vimos, juntamente com o Deputado David Federmann, analisando aquilo que sentimos, comparando aquilo que os Srs. Deputados têm em mãos que é o orçamento. Verificamos então, a disparidade existente no tratamento de verbas destinadas a Ponta Grossa, Maringá e Londrina.

Em razão disso reunimos em nossa cidade as representações, longe de termo partidários, identificamo-nos com a verdade e com o princípio honesto que norteia todos os Deputados com assento nesta Casa e, em conjunto, pela carência de tempo, entramos somente com uma emenda neste orçamento plurianual do Estado concernente, especificamente, ao assunto que V. Exa. abordou há pouco com relação ao setor universitário.

Vimos que enquanto Londrina receberá nos próximos três

meses um total de aproximadamente 400 mil cruzeiros, Maringá receberá 170 mil cruzeiros e Ponta Grossa, nos próximos três meses subsequentes a ínfima importância de 90 mil cruzeiros.

Vendo, em relação a esta disparidade, que alguma coisa representamos nesta Casa, respeitando a ilustre representação de Londrina, que também não tem influência alguma neste processo orçamentário, entrando nesta Casa através da Comissão de Orçamento, com uma emenda pela qual, em parte, minorava aquilo que nós sentimos, aquilo que nós vivemos na Fundação Universitária de Ponta Grossa; o que é que acontece no Parecer da Comissão de Orçamento, infelizmente, os homens que a compõem entenderam que, de sabedores que em cada processo de organização orçamentária quem necessita assina tudo, e os três Srs. Reitores assinaram, Londrina Maringá e Ponta Grossa, concordando com a dotação existente no processo original.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa alerta o nobre Deputado que está esgotada a Hora do Expediente, e concede mais dois minutos para o término de sua oração.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Encerro pelo alertamento da Presidência.

Verificamos que cerceados os Srs. Reitores de suas justas reivindicações, assinando o Deputado David Federmann, que é um ilustre professor daquela fundação, e nós que representamos a Princesa dos Campos, queremos atribuir ao bom senso desta Casa, que irá ser referendado por este plenário aquilo que V. Exa. está expondo, temos em mãos o que nós dispomos, que é emenda de seu orçamento, é, infelizmente, só uma, queríamos ter tempo para ter as suas idéias referendadas e emendas desta Casa para darmos um exemplo aos próximos legisladores que aqui se sentarão, de que esta legislatura preocupou-se em dar a iniciação de devolver ao Poder Legislativo aquilo que perdeu de há muito tempo, que é a sua emancipação política.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte e antes de finalizar, Sr. Presidente, que num resumo, queria eu dizer que não viemos a esta tribuna para criticar o atual governo, ou a quem quer que seja, mas para dizer que não nos conformamos em apenas aprovar ou não.

Que estamos de acordo com que se limite a apresentação de emendas, uma vez que estes projetos de lei não podem ser retalhados, perdendo sua unidade, mas, de outra parte, que ao legislador compete, mais do que a ninguém, determinar fins para o Estado e por isso eu lastimo que o trabalho do Sr. Governador "Objetivos e Metas de Desenvolvimento", não tivesse vindo a esta Casa logo após o início desta legislatura, logo após a sua posse, para que o discutíssemos.

Coisas boas aqui estão. A agricultura, fundamental para este Estado, foi aquinhoada com 111 por cento a mais neste ano.

Parabéns ao Sr. Governador que viu isto, mas precisamos, a partir deste ano, antes de se elaborar novos orçamentos, discutir mais sobre o Paraná, para podermos fixar os fins do Governo. — Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

A Mesa solicita aos Srs. Líderes da ARENA e MDB que indiquem os membros de suas bancadas, para constituírem a Comissão Especial para estudar a situação do IAM no Paraná; 3 Srs. Deputados da Arena e dos Srs. Deputados do MDB.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 71/75, de autoria do Sr. Deputado Lineu Mansani Turra, que dispõe sobre a liquidação

de débitos fiscais de empresas. Pareceres **CONTRÁRIO** da C.C.J. e **FAVORÁVEL** da C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 12/74, de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação Médica do Paraná - Regional de São José dos Pinhais, cidade do mesmo nome. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 38/75, de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, que declara de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos da cidade de Medianeira. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 55/75, de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, que denomina Professor Bento Munhoz da Rocha Neto, o atual Grupo Escolar da localidade de Porto dos Padres, na cidade de Paranaguá. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 92/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 28/75, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva construir, sob forma de empresa pública, a EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO PARANÁ - EMOPAR, vinculada à Secretaria de Estado da Administração e com destinação que especifica. Pareceres **CONTRÁRIO** da C.C.J. e **favoráveis** da C.F. e C.O.P.T.C., e **SUBSTITUTIVO, EM REGIME DE URGÊNCIA.**

PROJETO DE LEI Nº 92/75

MENSAGEM 28/75.

Curitiba, 01 de junho de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva constituir, sob a forma de Empresa Pública a EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO PARANÁ - EMOPAR, vinculada à Secretaria de Estado da Administração, destinada a planejar, organizar e executar e dirigir as atividades relacionadas com o projeto, a construção, reparo, ampliação, conservação e manutenção de prédios, obras e equipamentos de interesse público.

Altamente significativo, o Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa, consulta plenamente aos superiores interesses públicos, eis que a medida consubstanciada virá dotar o Estado de novo órgão capaz de desenvolver e dinamizar as atividades do Setor de Obras Públicas, dentro de modernos conceitos administrativos, conforme preconiza a Lei nº 6636, de 29 de novembro de 1974, que fixa normas para a modernização administrativa do Paraná.

Com maior dinâmica e amplitude de ação, caberá à EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO PARANÁ - EMOPAR, estabelecer uma sistemática de absorção das atividades ora executadas pelo Departamento de Edificações e Obras Especiais, autarquia que será, nos termos da Lei 6636/74, transformada em órgão de outra natureza, para atuar em campo distinto daquele que se pretende atribuir à empresa cuja criação é proposta.

Em consonância com o propósito governamental de administrar por objetivos, possibilitará à EMOPAR, ao lado do aumento da eficiência operacional e de um melhor planejamento para o futuro, avaliação constante dos resultados obtidos, determinando onde chegar e como fazê-lo, assim como a revisão e a racionalização dos trabalhos, no sentido da realização plena dos objetivos que visem a melhoria da construção, seu barateamento e melhor adequação dos projetos às suas finalidades, apresentando-se pois a Empresa como instrumento prático para atender às necessidades crescentes do setor e ao desenvolvimento constante do Estado, no campo das obras públicas.

Gozando de isenção tributária estadual, terá a Empresa de

Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, um capital de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), constituído integralmente pelo Estado, capital esse que poderá ser integralizado mediante dotações orçamentárias consignadas em um ou mais exercícios financeiros, créditos especiais ou incorporações de bens do Estado.

Adotando a Legislação Trabalhista como regime jurídico do pessoal, a EMOPAR poderá utilizar servidores estaduais, postos à sua disposição pelo Governador, os quais conservarão o regime jurídico a que estiverem sujeitos e serão considerados como em efetivo exercício no Estado, para todos os efeitos.

Para atender as despesas de implantação e manutenção das atividades da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, no corrente exercício financeiro, o presente Plano de Lei autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), podendo cancelar, para tanto, conforme estabelece legislação em vigor, recursos de igual valor no vigente Orçamento Geral do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a constituir, sob a forma de empresa pública, a Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, vinculada à Secretaria de Estado da Administração, destinada a planejar, organizar, executar e dirigir as atividades relacionadas com o projeto, a construção, reparo, ampliação, conservação e manutenção de prédios, obras e equipamentos de interesse público.

Parágrafo Único - A EMOPAR terá personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira.

Art. 2º — A EMOPAR terá sede e foro na cidade de Curitiba e sua duração será por prazo indeterminado.

Art. 3º — O capital da empresa será de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), constituído integralmente pelo Estado.

Parágrafo Único - O capital de que trata o presente artigo poderá ser integralizado mediante dotações orçamentárias consignadas em um ou mais exercícios financeiros, créditos especiais ou incorporação de bens do Estado.

Art. 4º — A EMOPAR gozará, no que couber, de isenção tributária estadual.

Art. 5º — Constituem receita da EMOPAR:

I — Taxas de serviços e outras estabelecidas nos contratos que firmar;

II — Os juros, dividendos e outras rendas resultantes da exploração de seu capital e/ou do seu trabalho;

III — Receitas de prestação de serviços;

IV — As dotações orçamentárias;

V — Empréstimos, auxílios, contribuições e subvenções;

VI — Doações, legados e rendimentos provenientes de outras fontes;

VII — Produto de venda de matéria inservível; e

VIII — As operações de crédito que realizar, por antecipação das receitas previstas em lei.

Art. 6º — O regime jurídico do pessoal da EMOPAR será o da Legislação Trabalhista.

Parágrafo Único - A EMOPAR poderá utilizar servidores estaduais, postos à sua disposição pelo Governador do Estado, os quais conservarão o regime jurídico a que estiverem sujeitos e serão considerados como em efetivo exercício no Estado, para todos os efeitos legais.

Art. 7º — A EMOPAR poderá, para a consecução de seus objetivos, propor, a quem de direito, as desapropriações que se fizerem necessárias, obedecida a legislação específica.

Art. 8º — A EMOPAR será administrada por um Conselho de Administração, e por uma Diretoria Executiva, cujos membros serão nomeados pelo Governador e terão mandato de 3 (três) anos, permitida a recondução.

§ 1º — O Conselho de Administração, será constituído de 5 (cinco) membros, observando-se o disposto nos artigos 94º e seguintes da Lei 6636, de 29 de novembro de 1974.

§ 2º — A Diretoria Executiva será constituída de 3 (três) Diretores, cuja remuneração será anualmente fixada pelo Governador do Estado.

Art. 9º — A EMOPAR terá um Conselho Fiscal, cujos membros serão nomeados pelo Governador e terão mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução.

Art. 10 — As atribuições dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal serão estabelecidas nos estatutos da EMOPAR a serem aprovados e reformados por decreto do Governador do Estado.

Art. 11º — A prestação de contas da EMOPAR será feita na forma da legislação específica.

Art. 12º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para atender às despesas de implantação e manutenção das atividades da EMOPAR no corrente exercício financeiro, podendo, para tanto, cancelar recursos de igual valor no vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 13º — O Poder Executivo expedirá regulamento da presente lei e tomará providências necessárias à instalação e funcionamento da EMOPAR.

Art. 14º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 92/75

“É inútil imaginar que bons planos de desenvolvimento possam ser criados ou realizados sem um bom governo para fazê-lo; a assistência técnica ou os técnicos treinados também não funcionam bem e até não são muito necessários, quando a administração é indiferente ou má. O melhor cientista da agricultura não pode ganhar terreno como conselheiro de ministério não-existente. A melhor autoridade sobre os impostos é desperdiçada se o ministro não acredita na arrecadação de imposto, não deseja fazê-lo, ou abriga sentimentos ultradesenvolvidos por seus amigos. A primeira tarefa neste caso não é obter capital ou técnicos, mas construir órgãos competentes da administração pública”. (John Kenneth Galbraith — Desenvolvimento Econômico em Perspectiva).

O Governador do Estado encaminha a esta Assembléia através a Mensagem nº 28/75, anteprojeto de Lei que objetiva constituir, sob a forma de empresa pública, a Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR —, vinculada a Secretaria de Estado da Administração, destinada a planejar, organizar, executar, e dirigir as atividades relacionadas com o projeto, a construção, reparo, ampliação, conservação e manutenção de prédios, obras e equipamentos de interesse público.

I — AS RAZÕES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

1 — Assevera-se na mensagem que “a medida consubstanciada virá dotar o Estado de novo órgão capaz de desenvolver e dinamizar as atividades do Setor de Obras Públicas, dentro de modernos conceitos administrativos, conforme preconiza a lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974, que fixa normas para a modernização administrativa do Paraná”.

Mais adiante, fundado na premissa de que a empresa, absorvendo, com maior dinâmica e amplitude da ação, as ativida-

des atualmente executadas pela autarquia denominada Departamento de Edificações e Obras Especiais, possibilitará aumento de eficiência operacional e um melhor planejamento para o futuro, assegura o Governador do Estado que,

“Como decorrência, conduzirá ela a pesquisas que visem a melhoria da construção, seu barateamento e melhor adequação dos projetos às suas finalidades”.

E, como corolário lógico, proclama que a empresa apresente-se, pois, “como instrumento prático para atender as necessidades crescentes do setor e ao desenvolvimento constante do Estado, no campo das obras públicas.”

2 — De seu turno, o Secretário da Administração, quando compareceu a esta Comissão em treze de agosto pretérito, enfatizou que, a seu ver, “parece inquestionável a conveniência de contar o Estado com uma organização aparelhada e sempre pronta a agir com presteza, seja nos reparos mais insignificantes, por isso mesmo de execução mais difícil, seja nas obras de maior vulto, tudo para melhor satisfação do interesse público”.

É que consoante afirmou na ocasião, “A constituição de uma empresa pública visa desburocratizar o mecanismo coordenador e controlador das obras públicas estaduais, dinamizando os serviços e racionalizando os custos. Estes objetivos se inserem nos programas de modernização administrativa do Estado. Aspira-se a criação de uma empresa sob regime de direito privado, porque este é o que se mostra mais adequado às finalidades pretendidas, permitindo maior autonomia e maior flexibilidade operacional”.

Com lastro neste pressuposto, veio a nomear, entre outros, os seguintes argumentos que, como efeito de que é a causa a empresa pública, estariam a justificar a iniciativa:

a) — “A contenção da despesa será consequência da especificação racional de materiais e cumprimento rigoroso dos cronogramas, evitando-se os prejuízos decorrentes dos retardamentos”;

b) — “Através da coordenação de que se incumbirá a empresa, serão também evitados paralelismos de ação ou gastos discrepantes”;

c) — “O objetivo é evitar a construção de obras suntuárias, buscando-se a padronização de projetos e materiais que impliquem em menor custo; e,

d) — “O quadro de pessoal da nova empresa será limitado ao mínimo indispensável para o desempenho técnico do funcionamento administrativo, mediante contratações pelas leis trabalhistas ou remanejamento de servidores do Estado, orientado basicamente pela descentralização executiva tanto dos projetos quanto das obras a serem construídas”.

3 — Observa-se, assim, pela argumentação alinhavada na mensagem Governamental, tanto quanto da exposição do Secretário da Administração, que avultam duas conclusões fundamentais relativamente ao setor de obras públicas do Estado:

a) — O regime autárquico, sob o qual é desenvolvido presentemente o setor, seria inadequado à tais atividades, em face de sua imobilização congênita e de carga onerosa que representa, ambas em prejuízo evidente da administração; e,

b) — Somente a empresa pública, pela sua inata agilização e consequente rentabilidade econômico-financeira, teria condições ideais para desenvolver a contento o setor de obras públicas.

A tais conclusões se chegou, todavia, sem que, afora afirmações vagas, teóricas e imprecisas, fossem apontados concretamente os fatos ou situações impeditivos ou anulatórios da eficiência da autarquia, a cargo da qual está entregue o setor de obras públicas do Estado.

Era indispensável que, como substrato dos defeitos e limitações da autarquia, se apresentassem os fatores que, irrefutavelmente, sejam geradores de inconveniência desse tipo de órgão para o exercício amplo de atividades relacionadas com obras públicas.

Não basta, apenas, a assertiva retórica de que a autarquia, no caso, significa absoluta incompatibilização entre os meios

le que a administração dispõe e os fins a que se propõe no referido setor.

Bem por isso, se afigura natural dúvida: a iniciativa governamental é decorrente de inépcia administrativa da autarquia ou aspira-se a criação de um órgão com mais liberdade de ação, e, sobretudo, com a máscara jurídica da personalidade do direito privado, que possibilite escapar a uma tutela mais enérgica e uma vigilância direta e constante?

Ora, o apelo à fórmula virtuosa da empresa pública, em substituição à autarquia, increpada esta como carente de vitalidade administrativa, dirime esta dúvida.

É que a eficiência da empresa pública, sabe-se, está calcada muito mais na força ao controle administrativo ordinário, do que na eventual destreza e flexibilidade operacionais dos meios de ação. Não é outro o entendimento de Caio Tácito, que observa com propriedade sua "a personalidade jurídica de direito privado tem como objetivo precípuo a liberação dos processos burocráticos da gestão administrativa e financeira. É, em suma, o repúdio aos sistemas clássicos de controle da administração direta, de forma a propiciar flexibilidade operacional e permitir a abstenção dos processos formais, da contabilidade pública". (Revista de Direito Administrativo Vol. III página 3).

Logo, não é autarquia desprovida da eficiência e que por esta razão se queira substituí-la, mas o que se deseja é um novo órgão para gerir obras públicas, desgarrado da órbita estatal, a salvo notadamente do instituto do controle, que o vincularia ao organismo central administrativo.

Assim sendo, das duas conclusões tem-se que:

a) — Não se comprovou a inadequação do regime autárquico para a gestão de obras públicas; e,

b) — Não é somente a empresa pública, portanto, que reúne condições para gerir esse setor. Quanto as suas virtudes, é de acrescentar-se, também não se especificou nada. É que embora a fórmula tivesse sido exibida em verdadeira premunicação, seria um truismo demonstrar a sua capacidade administrativa e flexibilidade operacional.

A rigor portanto, não subsistem as razões invocadas a favor da medida proposta na mensagem, que, apesar do esforço laudatório, não consegue justificar convenientemente a constituição de empresa pública para desempenhar atividades já descentralizadas, e, conseqüentemente, desenvolvidas em regime de desburocratização, desmanietamento e desemperramento de funções.

Inexiste, destarte, suporte fáctico para dar fundamentação ao Projeto de Lei nº 92/75.

II — ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E JURÍDICOS

4. O Projeto de Lei 92/75, deve ser examinado por dupla ótica, que permite, por uma lente, vislumbrar-lhe os contornos, de adequação constitucional, e pela outra exercer a sua juricidade, que também deve ser objeto da manifestação desta Comissão (Regime Interno artigo 48).

5. No que concerne à constitucionalidade, a indagação básica é se podem os Estados-Membros criar empresas públicas ou se tal faculdade fica circunscrita à União.

Dispõe o artigo 13, § 1º, da Carta Federal, que "Aos Estados são conferidos todos os poderes que, explicita, ou implicitamente, não lhe sejam vedados por esta Constituição". Assim, desde que lhe assiste, em virtude dessa disposição constitucional, o poder de organizar os próprios serviços públicos, cabe ao Estado dispor livremente sobre a prestação deles, adotando o regime que considerem mais adequado. Como esclarece Celso Antonio Bandeira de Mello, os Estados "uma vez que poderiam servir-se de meios de ação mais enérgicos, próprios do direito administrativo, quer por administração direta, quer por autarquia, como muito maior razão podem se servir dos brandos meios do direito privado, agregando-lhes, apenas, algumas normas de direito admi-

nistrativo" (Prestação de Serviços Públicos e Administração Indireta, pág. 132).

É, por esse raciocínio termina por entender esse acatada administrativista que:

"Tanto Estados como municípios podem criar empresas públicas. Nenhum óbice jurídico se opõe a isso, desde que se limitem à criação de empresas prestadoras de serviços públicos respectivas alçadas ou a elas outorgadas por concessão da pessoa pública competente para prestá-lo diretamente." (Ob. cit., pág. 132).

No mesmo diepesão segue Cretella Júnior:

"A empresa pública estadual, consubstanciada de serviços públicos, pode ser criada pelos membros da federação já que a estes "são conferidos todos os poderes que, explicitamente ou implicitamente não lhe sejam vedados por esta Constituição" (Art. 13, § 1º, da Emenda nº 1, de 1969).

Podendo, pois, organizar os próprios serviços públicos, em razão da competência residual citada, o Estado membro, em razão de opção política ou governamental informada pela filosofia de governo atuante no momento, escolhe o modelo jurídico que julgar melhor para aquela prestação, e, entre estes, o de categoria empresa pública, sujeita a regime jurídico do direito privado "afetado", parcialmente, por normas de direito administrativo", (Empresa Pública — pág. 260/261).

Ambos são unânimes em condicionar a viabilidade de constituição da empresa pública unicamente quando se tratar de prestação de serviço público próprio do Estado-membro, ressalvada a hipótese de delegação ou concessão.

Em caso contrário, isto é, se o Estado-membro se abalancasse a instituir empresa pública para intervir no domínio econômico, entestaria, concomitantemente:

a) — A competência da União, face ao que dispõe o art. 163, da Constituição Federal, em função do qual "São facultados a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada indústria ou atividade, mediante lei federal, quando indispensável por motivo de segurança nacional ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficácia no regime de competição de liberdade de iniciativa, assegurados os direitos e garantias individuais" e,

b) — A esfera de ação da iniciativa privada, resguardada pelo artigo 170, da Carta Magna, que estabelece preferencialmente às empresas privadas, "com o estímulo e o apoio do Estado", a organização e a exploração das atividades econômicas.

Na espécie, as atividades relacionadas com o Projeto, a construção, reparo, ampliação, conservação e manutenção do prédio, obras e equipamentos de interesse público (art. 1º do Projeto), se classificam indubitavelmente, como serviço público. Não poderia ser diferente o entendimento, pois que essas atividades são desenvolvidas, na atualidade, por uma autarquia, cujo objeto "é por excelência, o desempenho de serviços administrativos, já que a autarquia é o próprio serviço público descentralizado", como anota Cretella Júnior (Ob. cit., pág. 189).

Assim, se a empresa pública tem sua gênese na autarquia a transferência de esquemas — de público para privado — implica apenas em alteração do regime jurídico, nunca na mudança na essência mesma da atividade anteriormente executada. O enquadramento da autarquia na empresa pública está a representar, pois, alterações de meios, não de escopos; formal e instrumental, não substancial.

Pelo exposto, é de se concluir que, no caso concreto do Projeto nº 92/75, tem o Poder Executivo estadual competência constitucional para propor a criação de empresa pública destinada a prestação de serviço público, como o são as atividades catalogadas no dispositivo de abertura do plano de lei que define o objeto da entidade.

6. Em seu aspecto jurídico, o Projeto não consegue, "data vênica", resistir a qualquer análise, por força das incorreções e omissões de que está eivado.

Assim:

a) Estabelece o artigo nº 3º, que "o capital da empresa será de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) "constituído integralmente pelo Estado".

As empresas públicas podem ser unipessoais ou pluripessoais, conforme tenham, respectivamente, um só acionista ou sete ou mais de sete sócios.

Porém, a empresa pública unipessoal não pode ser criada pelo Estado-membro, em razão de obstáculo de natureza formal e de natureza material.

De natureza formal, por que só a União derroga Lei Federal; de natureza material, porque apenas a União compete legislar sobre matéria de direito comercial. É que a empresa pública unipessoal representada por uma sociedade de apenas um sócio acionista, derroga disposição reguladora do tema, concretizada pela Lei de Sociedade por Ações, ou seja, a de não poder haver, entre nós sociedade com menos de sete sócios. Como a Lei Federal revoga Lei Federal anterior, pode a União participar sozinha da sociedade, sem que esta entre em liquidação, dispensada, pois, a exigência de participação de outro sócio. Neste sentido, é exata a interpretação de Cretella Júnior:

"Se os Estados-Membros ou municípios, pedem emprestado ao direito mercantil esquemas jurídicos rígidos, para criação de empresas públicas, devem amoldar-se a modelos clássicos existentes, introduzidos no mundo do direito por lei federal."

Ora, a lei das sociedades por ações não conhece a sociedade unipessoal, modalidade só admitida no plano federal, depois da edição do decreto nº 200 e, assim mesmo, só com referência expressa públicas de que participa a União com patrimônio próprio e capital exclusivo". (Ob. cit.: pág. 255/256).

Dessa forma, a empresa pública estadual pluripessoal com a maioria de capital cotante de propriedade do Estado e com e com restante do capital votante distribuído por outras pessoas jurídicas de direito público interno, para exploração de serviços administrativos, é o único tipo que o direito brasileiro admite, no que diz respeito a tal entidade no âmbito do Estado-Membro da Federação.

b) — O Projeto não determina a forma de que vai se revestir a EMOPAR, como empresa pública. E isso é uma exigência inarredável que deflue da própria definição legal da entidade, contida no artigo 5º, II do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1968, pela qual como empresa pública considera-se:

— "a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para exploração de atividade econômica que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito".

c) — Não consagra o Projeto o princípio da licitação hoje imperativo inafastável para regular a gestão de dinheiro públicos. Ora, a licitação se constitui em regra moralizadora que não pode ser omitida, sob pena de comprometer seriamente a probidade, administrativa. Se é uma exigência expressa para a administração direta e autarquias (Art. 125 e 126) do Decreto Lei nº 200), com mais razão deve ser presente a licitação nas empresas públicas estaduais, porque estas se constituem exatamente para prestar serviços públicos.

d) — O artigo 11, ao tratar da prestação de contas da EMOPAR, diz que ela se fará na forma da legislação específica, omitindo a questão relativa ao controle administrativo e parlamentar da empresa.

Mas, "o controle administrativo e financeiro tem como fim precípua impedir ou corrigir uma gestão infeliz ou irregular da empresa". (pág. 495) e em "todos os países e sob formas diversas, a Assembléia eleita assegura um certo controle das empresas públicas. Informa a opinião pública acerca das condições

da sua gestão, formulas críticas administrativas e financeiras, incita o governo a fazer reformas" (pág. 497), são conclusões constantes do Relatório Final da Conferência realizada em Plaga, de 25 de setembro a 1º de outubro de 1958, sob os auspícios da Associação Internacional de Ciências Jurídicas (Rev. do Dir. Adm., Vol. 57/1959).

e) Pelo artigo 12, autoriza-se o Poder Executivo a abrir crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões), "para, atender as despesas de implantação e manutenção das atividades da EMOPAR — no corrente exercício financeiro, podendo, para tanto, cancelar recursos de igual valor no vigente orçamento geral do Estado."

Como se vê pela redação dada ao dispositivo são desconhecidos os recursos que serão cancelados no Orçamento. Ora, este cancelamento pode ser negativo para um determinado setor da administração.

É temerário, portanto, uma autorização em branco como esta, que ficaria carente no Orçamento do balanço do Poder Executivo.

De outro lado, tanto é francamente equívoca e constitucionalidade desse procedimento, pois, o Orçamento é Lei formal aprovada pelo Poder Legislativo.

7. Além das incorreções e omissões, o projeto apresenta falhas gritantes, como entre outros:

— a inexistência dos limites das atividades definidas simplesmente como obras (art. 1º);

— a não caracterização dos fins lucrativos da empresa, exigência da própria lei estadual que dispõe sobre a organização do Poder Executivo no Sistema de Administração Pública no Estado do Paraná (Lei nº 6.636, de 23.11.74);

— a expressão taxa, como elementos constitutivos da receita (art. 5º), constitua superafetação de direito tributário, intolerável dentro do nosso sistema jurídico;

— a duração do mandato dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, fixada em três anos, é inconveniente, porque a sucessão se operaria em gestão de Governos diferentes;

— é absolutamente reprovável a disposição contida no § 2º, do artigo 8º, deferindo ao Governador do Estado e atribuição de fixar a remuneração da Diretoria Executiva da Empresa, dada facilidade com que tal sistema pode converter esses cargos, em verdadeiras prebendas.

8. Há, assim, entre o texto do Projeto e o Direito uma desarmonia flagrante e caracterizar evidente relação de contrariedade que não pode vingar validamente.

Nessas condições e tomando por base as considerações expedidas, inclusive quanto a ausência de suporte fático, verifica-se que o Projeto é injurídico e, por isso inviável para tramitar.

Por esta razão, o parecer é pela rejeição do Projeto de Lei nº 92/75, pela sua manifesta injuridicidade.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator — Aprovado.
FABIANO BRAGA CORTES — Vencido
WALDENÍCIO BARBALHO —
DÁCIO LEONEL — Voto Vencido
IVAN RUPPEL — Voto Vencido
EZEQUIAS LOSSO — Voto Vencido
ADALBERTO DAROS
ENÉAS FARIA
DENI SCHWARTZ
NILSO SQUAREZI

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

1 — DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO DE DE SERVIÇO PÚBLICO.

SERVIÇOS GOVERNAMENTAIS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

2 - REGIME CONSTITUCIONAL.

3 - A EMPRESA PÚBLICA NO DIREITO POSITIVO.

4 - A EMPRESA PÚBLICA NOS ESTADOS-MEMBROS.

5 - AS CONCLUSÕES GERAIS E O ANTE-PROJETO.

Tema dos mais questionados, o do conceito de serviço público.

A expressão pode ser angulada pela vertente subjetiva objetiva ou formal.

A precisão do conceito é fundamental para uma correta estruturação jurídica da Administração Pública.

Para os efeitos buscados pelo presente parecer, basta, porém que se lhe precise a materialidade.

"Serviço Público - diz Celso Antonio Bandeira de Mello - é toda atividade a de oferecimento de utilidade ou comodidade material fruível diretamente pelos administrados, prestada pelo Estado ou por quem lhe faça vezes, sob um regime de direito público - portanto consagrador de prerrogativas de supremacia e de restrições especiais - instituído pelo Estado em favor dos interesses que houver definido como próprios no sistema normativo" (Cf. Prestação de Serviços Públicos e Administração Indireta. Ed. Rev. dos Trib. S. Paulo, 1973, pág. 1).

Resulta claro, portanto, que através do serviço público o Estado gera inúmeras atividades.

O Poder Público vale-se, basicamente, de duas técnicas para o desempenho das atividades que lhe são próprias: prestação centralizada ou prestação descentralizada.

Na prestação centralizada a Administração atua os serviços e as competências decisórias, às vezes, através de órgãos ou agentes dispostos escalonadamente dentro da mesma estrutura, mas permanecem sempre como serviços e atividades de uma só pessoa jurídica.

A prestação centralizada comporta uma técnica administrativa denominada desconcentração que consiste em uma distribuição de competências, de serviços e atividades, mas que se opera no âmbito da mesma pessoa jurídica.

Trata-se, pois, de uma variante técnico-administrativa que não se confunde, todavia, com a prestação descentralizada.

A propósito da descentralização vale citar ainda a límpida lição do Prof. Celso Antonio:

"A administração é descentralizada quando há transferência de atividades administrativas ou, simplesmente, de exercício dela para outra pessoa. Isto é, deriva-se do Estado, que a desempenharia através de sua Administração Central, para outra pessoa, notadamente pessoa jurídica".

Desde logo se conclui então que dois requisitos são indispensáveis para a configuração da descentralização administrativa:

a) que haja transferência da atividade ou do exercício dela para uma pessoa diferente do próprio Estado;

b) que a atividade transferida seja administrativa.

E prossegue o competente administrativista:

"Como o serviço público é uma das modalidades de atividades administrativas que competem ao Estado, haverá prestação descentralizada do Serviço Público quando se tratar:

a) de atividade administrativa, caracterizada como serviço público;

b) de transferência de seu desempenho para outra pessoa que não o Estado".

Inferre-se daí que ocorre a descentralização administrativa repodruza tais caracteres, ou seja, atividades públicas e administrativas.

A questão neste particular, se resume então ao seguinte: o que é prestação descentralizada do serviço público?

Antes de responder convém se proceda a classificação das atividades da Administração:

1 - exercer o Poder de Polícia;

2 - conferir certeza e segurança jurídica;

3 - valer-se de recursos humanos e materiais para prestação das atividades, que lhes são cometidas;

4 - prestar utilidades e comodidades aos Administrados (Serviços Públicos).

"A prestação descentralizada do Serviço Público cinge-se à transferência operada pelo Estado a outra pessoa jurídica objetivando uma prestação de utilidade ou comodidade aos administrados, "desempenhado sob regime jurídico especial" diz Celso Antonio.

Restaria indagar se pode o Estado qualificar ou caracterizar - por via legislativa, é evidente - uma atividade ou um serviço como público?

Ou necessário seria para tal qualificação que decorresse de uma natureza própria, de uma "substância intrínseca" que distinguisse tal ou qual atividade como pública?

Tenho comigo que a melhor doutrina é a perfilada por Jêse para quem o deslinde da questão se faz perquirindo a intenção dos governantes.

É efetivamente o Estado, por meio do Poder Legislativo, que tipifica tal ou qual atividade como serviço público, respeitados - não é ocioso repetir - os limites constitucionais.

Esta questão é da mais alta relevância para o exame do Projeto em tela, como se verá a seu turno.

2. O REGIME CONSTITUCIONAL

A Constituição Brasileira indica vários serviços antecipadamente caracterizados como da alçada do Poder Público.

Exemplificadamente: Serviço do correio aéreo nacional (art. 8 VII), Telecomunicações, serviços de instalação de energia elétrica, navegação aérea, exploração de vias de transportes (art. 89, XV, letras a, b, c, d.), assistência sanitária médica e hospitalar, previdência social e seguro contra acidentes (art. 165, XV e XVI) e educação (art. 176, § 19).

Esta enumeração não é exaustiva e nem implica que estejam excluídos do campo de ação privada.

Cumprir distinguir entre serviços públicos privativos do Estado e serviços públicos não privativos.

Seria o caso desta segunda categoria os serviços de educação e saúde desempenhados licitamente por particulares, independentemente de concessão ou outro esquema jurídico qualquer.

Afora os serviços públicos enumerados pela Constituição outros - já o dissemos - podem assim ser qualificados, respeitados as disposições pertinentes à ordem econômica e social, em que se garante a livre iniciativa.

Em defesa da livre iniciativa o art. 170 de nosso Carta dispõe que a exploração e organização das atividades econômicas compete, preferencialmente às empresas privadas, de modo tal que somente em caráter suplementar participa o Estado nesta ordem, conforme a delimitação preceituada pelo § 19 do mesmo artigo.

Ocorre que o texto constitucional, compreensível e acertadamente, não define o que sejam "atividades econômicas". Em consequência remanesce ao legislador comum possibilidade para caracterizar algumas atividades como "serviços públicos" o que implica, com efeito, na delimitação da área tida como das "atividades econômicas".

O Estado quando interfere, supletivamente, na exploração da atividade econômica, ao desenvolver atividade desta natureza, na realidade opera "serviços governamentais" e não serviços públicos.

Em consequência as pessoas jurídicas que criar para desenvolver serviços governamentais (e não serviços públicos) não serão, obviamente, instrumentos de descentralização da Administração Pública, pois, tal atividade - exploração econômica - de administração não se trata.

Portanto, nem sempre as Sociedades de Economia Mista e

as Empresas são entidades de Administração Indireta, como enganosamente poderia se defluir do Decreto-Lei nº 200, modificado, a posteriori, pelo Decreto-Lei nº 900.

Ou como afirma Celso Antonio Bandeira de Mello:

"os serviços correspondentes à exploração de atividade econômica não são serviços públicos porque não competem ao Poder Público, a não ser supletivamente e ainda assim sob a regência do direito privado, circunstâncias que os apartam irremissivelmente da categoria de serviço público (idem ibidem).

Tal distinção assume a maior importância na apreciação constitucional do tema.

A emenda constitucional nº 1, de 1969, refere-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, em seu art. 170, inscrito entre os mandamentos pertinentes à ordem econômica e social.

Diz o art. 170:

"As empresas privadas compete, preferencialmente, com o, estímulo e o apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas".

"§ 2º — Na exploração, pelo Estado, da atividade econômica, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, reger-se-ão pelas normas aplicáveis às empresas privadas, inclusive quanto ao direito de trabalho e ao das obrigações".

Em parecer proferido em m. de s. contra empresa pública municipal de São Paulo - EMURB - e publicado na Revista de Direito Público, opina Antônio Celso di Munno Corrêa:

"... não lhe é válido constituir empresas públicas ou sociedades de economia mista, na descentralização de obras e serviços públicos, ou de utilidade pública, porque esta insita no mandamento a intenção de proceder a devida distinção entre tais entidades ...

... a necessidade de investir-se a descentralização administrativa em formas de direito privado só é presente no campo da atividade econômica, não se podendo aceitar que o mesmo fenômeno possa identificar-se no tocante às obras e aos serviços eminentemente públicos ...

... Devo, portanto, concluir, que nos justos termos do art. 170, § 2º, da Constituição Federal só se admite a criação de empresas públicas ou sociedades de economia mista quando endereçadas à exploração de atividade econômica.

... Ora, parece-me cristalinamente estabelecido, em tais termos, que a finalidade endereçada à referida empresa EMURB - não diz respeito à intervenção na ordem econômica ...

mas ao contrário, ineludivelmente se define como obras públicas, caráter esse aliás que se vê ressaltado quando atentamos para os trabalhos compreendidos na licitação objeto deste feito, referentes à modernização de logradouros públicos.

Não se trata pois, de desenvolver empreendimentos industriais, comerciais ou de serviços, que consubstanciam as três categorias econômicas." (Revista do Direito Público, página 73 e 74).

Como se vê, há quem entenda que a criação de empresa pública ou sociedade de economia mista para gerir serviços públicos não tem escoramento constitucional.

A Constituição Federal apenas viabilizaria a criação de tais entidades quando orientadas para intervenção na ordem econômica.

Tal entendimento poderia ser reforçado trazendo à colação, vagas, opiniões timidamente insinuadas por alguns estudiosos.

Assim que o próprio Celso Antônio em seu clássico "Natura e Regime Jurídico das Autarquias" - Tese do Concurso - diz:

"As empresas públicas pode-se estender tudo aquilo que foi dito quanto à natureza das sociedades mistas. Correspondem também um processo de ação do Estado em que este adota as fórmulas e métodos do direito comercial. Submetendo-se, fundamentalmente, à disciplina mercantil, com o fito de atuar com maior eficácia no setor econômico.

Realizam a mais moderna forma de atuação do Estado no domínio econômico.

Conquanto os dois tipos de entidades, possam atuar na mesma esfera (setor industrial ou comercial) são juridicamente inassimiláveis porque se regem por disciplina inteiramente diversa.

As empresas públicas são sempre entidades prepostas ao desempenho de serviço industrial ou comercial e se caracterizam pela natureza privada que possuem. Em face disto regulam-se fundamentalmente pelo direito privado."

(op. cit. pag. 318, e segs.)

Malgrado sejam colocações um tanto genéricas, não muito rígidas e nem sistemáticas, das quais se possa extrair uma resultante clara, este ilustre administrativista alterou substancialmente sua posição como adiante ficará demonstrado.

Também Manoel de Oliveira Franco Sobrinho em seu trabalho Fundações e Empresas Públicas, embora não se detenha com rigor na questão, aqui e ali realça a "economicidade" das empresas públicas (op. cit. págs. 134, 146, 147, 150 e 172).

Embora ressalve igualmente o Prof. Manoel de Oliveira Franco Sobrinho.

"Na verdade pode-se argumentar que nem sempre se criam empresas públicas, para que intervenham ao domínio econômico".

(op. cit. pag. 145).

Mas, cingindo-se ao aspecto constitucional nada autoriza a uma interpretação restritiva.

Sentencia a Constituição Federal em seu art. 170, § 2º:

"Na exploração, pelo Estado da atividade econômica, as sociedades mista reger-se-ão pelas normas aplicáveis às empresas privadas, inclusive quanto ao direito de trabalho e ao das obrigações".

Ora o dispositivo constitucional não pretendeu excluir as empresas públicas e as sociedades de economia mista da área administrativa dos serviços públicos.

O que o mandamento constitucional determina é que quando na exploração da atividade econômica, as empresas públicas e sociedades de economia mista, deverão se reger pelo direito privado.

Tal interpretação, que aliás não exige grande esforço hermenêutico tal a clareza do texto, é a que adota a quase unanimidade da nossa melhor doutrina.

Como leciona o Prof. José Cretella Júnior:

"Um organismo público, como a autarquia, pode exercer atividades privadas, como as comerciais ou industriais; um organismo privado, como a empresa pública, embora estatal, pode desenvolver serviços públicos".

"Na hipótese da empresa pública, ou o objetivo é a prestação de atividades econômicas (industriais e comerciais) e, nesse caso, o regime jurídico aplicável é o de direito privado civil e comercial, com "desvios", "derrogações" e "exorbitâncias", em razão da presença governamental na entidade ou o objeto é a prestação de serviços públicos puros, serviços administrativos (correios e telégrafos, por exemplo), configurando-se, aqui, a descentralização e nesse caso, o regime jurídico aplicável, não obstante de direito priva-

do, civil e comercial, é acentuadamente mais público do que o anterior, ou seja, com mais prerrogativas, mas também mais sujeições”.

3. A EMPRESA PÚBLICA NO DIREITO POSITIVO.

A versatilidade das formas de ação do Estado e a multiplicidade de processos que adota tem se intensificado muitíssimo nos últimos decênios.

A missão fomentadora do Estado, decorrente de novas concepções político-filosóficas, tem o levado a assumir ativa participação nos mais diversos setores da atividade humana.

Embora das mais interessantes, não cabe aqui a investigação histórica e sociológica da intervenção estatal, tema que ocupa presentemente lugar central em sérias e profundas especulações de filósofos e cientistas contemporâneos.

Também não merece detença uma abordagem científica do processo ou modo de intervenção, objeto da Ciência da Administração.

Ou como resumiu Bilac Pinto:

“Um dos aspectos mais característicos da evolução do Estado moderno é o da progressiva ampliação da área ocupada pelos serviços públicos ou pelo avultamento das atividades do Estado.”

A empresa pública - já se viu - é uma das técnicas de que se vale o Poder Público para atuar em determinada atividade.

Sua construção doutrinária no Brasil vem se processando com algumas hesitações, não obstante os excelentes trabalhos de Bilac Pinto, Almeida Piava, Leopoldo Fraga, Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, Eros Grau, José Cretella Júnior, Celso Antonio Bandeira de Mello e outros.

A Empresa Pública está definida legalmente no Decreto-lei n. 200, modificado pelo Decreto - lei n.900, nestes termos:

“Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas administrativas em direito”.

O Decreto - lei n.900, em seu art. 8º, atenua a definição enunciada consignando que:

“Desde que a maioria do capital votante permaneça de propriedade da União, será admitida, no capital da Empresa Pública (Art. 5º, nº 11, do Decreto-lei nº 200 de 25.02.67), a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da Administração indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios.”

Vale desde já ressaltar que o Decreto-lei n. 200, tem a validade apenas para a União Federal, como aliás explicita sua emenda, assim redigida:

“Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.”

Embora este não seja o entendimento do Prof. Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, para quem o referido Decreto-Lei,

“é por essência de base federal, mas numa linha dinâmica que formaliza num mesmo dever jurídico as unidades federadas, entidades administrativas e municípios.” (Coment. à Reforma Administrativa Federal Ed. Saraiva, pág. 7, de 1975).

Todavia, salvo engano, o ilustre Professor paranaense não fundamenta a assertiva.

Mas tanto não se aplica o Decreto - lei n.200, em sua integralidade, aos Estados-Membros e municípios, que as normas relativas a licitações nele inscritas só se estenderam a estas pessoas políticas através de lei própria (Lei n. 5.486, de 20.06.68), editada

pela União que exercitou aí competência exclusiva que lhe foi deferida pela Constituição Federal.

E nem se alegue aqui pretensão supremacia de lei federal, pois em nosso sistema jurídico-constitucional vigora uma rígida repartição de competências, não se podendo a rigor falar em hierarquia de leis.

O Decreto - lei n.200, de âmbito estritamente federal, pode, - isto sim - vir a constituir-se em paradigma aos Estados-Membros.

A distinção tem a maior importância para o esclarecimento jurídico do presente projeto.

4. EMPRESAS PÚBLICAS NOS ESTADOS MEMBROS

Antes de avançar na análise a que se propõe o presente parecer, necessário registrar a premissa fundamental:

Pode o Estado-Membro criar empresa pública, independente de autorização de lei federal, se orientada especificamente à prestação de serviço público, sem interferir no domínio econômico, área de intervenção exclusiva da União Federal.

Aliás, tal possibilidade, de resto, já foi objeto de exame pelo ilustre Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça em seu parecer-brilhante por todos os títulos a propósito, desta mesma mensagem (fls.5).

Remanesce, contudo, um problema dos mais difíceis: a caracterização a nível estadual do regime jurídico das empresas públicas.

A indagação que se põe de imediato é a seguinte:

Pode ser a empresa pública estadual unipessoal, ou necessariamente há de ser pluripessoal?

Segundo o ilustre deputado F. Accioly Neto. “empresa pública unipessoal não pode ser criado pelo Estado-membro.” E vale-se de argumentos próprios e nos do Prof. José Cretella Jr. para fundamentar sua opinião. As razões, ainda conforme seu parecer, seriam de natureza formal e de natureza material. Repetindo-o:

“De natureza formal, porque só a União derroga lei Federal; De natureza material, porque apenas a União compete legislar sobre matéria de direito comercial. É que a empresa pública unipessoal representada por uma sociedade de apenas um sócio acionista, derroga disposição reguladora do tema, concretizada pela Lei de Sociedade por Ações, ou seja, a de não poder haver, entre nós sociedade com menos de sete sócios. Como a Lei Federal revoga Lei Federal anterior pode a União participar só da sociedade, sem que esta entre em liquidação, dispensada, pois, a exigência de participação de outro sócio. Neste sentido, é exata a interpretação de Cretella Júnior:

“Se os Estados-Membros ou Municípios, pedem emprestado ao direito mercantil esquemas jurídicos rígidos, para criação, de empresas públicas, devem amoldar-se a modelos clássicos existentes, introduzidos no mundo do direito por lei federal. Ora, a lei das sociedades por ações não conhece a sociedade unipessoal, modalidade só admitida no plano federal, depois da edição do Decreto Lei n. 200, e, assim mesmo, só, com referência expressa pública de que participa a União, com patrimônio próprio e capital exclusivo”.

(fls. 7, do Parecer)

Sem dúvida respeitável argumento.

Todavia, máxima datíssima vênica, esta não me parece a melhor doutrina.

Milita em defesa da tese oposta maior densidade jurídica.

A propósito opina o Prof. Celso Antonio Bandeira de Mello:

“Finalmente sempre em estrita afinidade com as sociedades de economia mista, as empresas sofrem o influxo de certas

regras especiais, que sem desnaturar-lhes o caráter privado, marcam seu especial relacionamento com o Estado e realçam sua especialidade: serem instrumento de ação do Poder Público, por ele constituído com tal finalidade. É justamente na presença destas normas especiais que se retrai sua originalidade no confronto com as demais sociedades.

"Juridicamente não se constituem em sociedade mercantil como outra qualquer, porque seu regime apresenta, no contraste com elas, alguma desigualdade, um traço diferencial, uma conotação jurídica - isto é, de disciplina, normativa - individualizadora. Este traço de discriminação, esta norma especificadora é, perante o Direito, a circunstância de sofrerem o impacto das normas especiais aludidas, que lhes firma o caráter de pessoas instrumentais do Estado. Mas, além desta, outra diferença pode existir entre as sociedades comerciais comuns e as empresas públicas, a saber: assim como as empresas públicas podem resultar da conjugação de recursos públicos de diversa origem, dando margem a uma sociedade entre diferentes pessoas governamentais, podem também se constituir em "sociedade de um só membro; ou seja, quando formadas por recursos de uma só pessoa de direito público, o que é exatamente comum, ter-se-á uma sociedade de um só acionista. Está visto que tão estranha figura não existe, entre as sociedades mercantis comuns, só podendo ocorrer no caso de empresas públicas.

"A vista do que até agora se expôs, pode-se conceituar empresa pública como

"pessoa jurídica de direito privado, constituída, sob forma de sociedade mercantil é formada por capitais exclusivamente governamentais, criada (ou assumida) pelo Estado como instrumento de sua ação, por via empresarial, para a realização de interesses relevantes para a coletividade e por isso mesmo submetida a um regime jurídico marcado por certa originalidade em relação às demais sociedades comerciais."

"Desde que lhes assistem, por disposição constitucional, o poder de organizar os próprios serviços públicos (Os Estados federados por força da competência residual, prevista no art. 13, § 1º, e os Municípios com base na expressa referência do art. 15, II, letra b), cabe-lhes dispor livremente, sobre a prestação deles, adotando o regime que considerem mais adequado. Tal como ocorre com relação às sociedades, de economia mista, a produção de tais normas, por Estados e Municípios, justamente por serem discrepantes das regras de direito mercantil, não se constituem em legislação sobre direito comercial - matéria privativa da União mas edição de regras de direito administrativo abrangidas indiscutivelmente nas respectivas esferas de competência."

"É inconfutavelmente verdadeiro que as empresas públicas tanto da União, como dos Estados e Municípios, afastem-se em certos pontos, conquanto escassos, do regime comum das empresas mercantis. E isto sucede precipuamente, com relação ao controle que sofrem da Administração Central, donde o surgimento de vínculos de dependência e limitações que inexistem, nas sociedades comerciais de particulares. Não é verdadeiro, todavia, que a edição de tais regras corresponda a intromissão indevida no direito comercial, quando sua produção se deva a estados e municípios."

"A despeito de se regerem pelo direito privado, não reproduzem de modo idêntico, o regime de uma sociedade comum, posto que, em sendo instrumento de ação do Estado "administração indireta" nos termos do decreto - lei n.200, são atingidas por regras especiais, editadas pelo Estado". (Prestação de Serviços Públicos e Administrativos Indireta - pag. 130, 131, 132, 133 e 136 - grifamos).

O Prof. José Cretella Junior citado pelo Deputado Accioly

Neto, parte do pressuposto de que a empresa pública há necessidade que se revestir da forma de sociedade por ações, quando mesmo a luz da definição legal, "ela pode revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito".

Assim é admissível empresa pública que opere sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, comandita nome coletivo e outras previstas, inclusive sociedade civil.

É de Bilac Pinto a observação de que a empresa pública adota a forma das empresas comerciais comuns (sociedade por ações, sociedade de responsabilidade limitada) ou recebe do legislador estrutura específica (RDA 32/14, 15, grifamos), Lógica e juridicamente perfeita, bem apropriada para o caso em exame e a judiciosa lição do Prof. José Nabantino Ramos:

"Na vida da empresa há que considerar três etapas fundamentais diferentes: uma, jurídica, que é a criação ou constituição; e duas outras, econômicas, que são a organização e a exploração. O comando do art. 170 § 2º, refere-se apenas a esta última, isto é, a exploração, e não a primeira delas, que é a criação ou constituição.

As "normas aplicáveis" as empresas privadas a que ele se refere, na exploração pelo Estado das atividades econômicas", nada tem a ver com o fato jurídico da constituição dessas empresas, mas com o fato econômico da exploração, especificamente referido, diretamente mencionado, claramente apontado. Essa exploração da atividade econômica diz respeito não à constituição da empresa, mais ao "conjunto de operações necessárias para atingir o ato final da produção", nas palavras de Jean Romeuf. Ou "aos distintos que abarcam tanto o aspecto econômico como o técnico", no conceito de Wolfgang Heller".

"Ler, no §2º, do art. 170, que as "normas aplicáveis às empresas privadas" são normas jurídicas referentes à constituição dessas empresas, é ler o que nele não está escrito. É colocar no texto o que nele não existe. Pois que o comando diz respeito, não a normas jurídicas, mas a normas econômicas, referentes a "exploração" ... da atividade econômica".

Vejamos outra vez o §2º do art. 170. "Na exploração, pelo Estado, da atividade econômica, as empresas públicas e as sociedades de economia mista reger-se-á pelas normas aplicáveis as empresas privadas inclusive quanto ao direito de trabalho e ao das obrigações".

Se as "normas aplicáveis as empresas privadas", fossem normas jurídicas, seria inútil, por redundante, a cláusula final, "inclusive quanto ao direito das obrigações". Pois o direito do trabalho e das obrigações são precisamente normas jurídicas que já se aplicam às empresas privadas. Não haveria motivo para o texto mencioná-las especialmente. Para excluir a redundância e havê-lo por bem dirigido, basta considerar como sendo econômicas as normas aplicáveis às empresas privadas", pois então seria adequado, a seguir, referir-se também, às normas jurídicas, do direito do trabalho e do direito das obrigações, não incluídos naquelas normas".

"Até agora a União não encontrou, no art. 170 § 2º, da Constituição a obrigação de constituir empresas públicas apenas pelas formas autorizadas pelo direito privado. Os Correios e

Telégrafos e a Caixa Econômica Federal, por ela transformados em empresas públicas, adotaram formas específicas próprias. Essa conduta apoia a tese de que o texto constitucional não cogita do problema jurídico da constituição das empresas públicas. Se cogitasse, vincularia também a União. Seria inconstitucional a adoção, para aquelas entidades, da forma de sociedade não permitida pelo direito privado. Pois decretos-leis ainda que federais, devem respeitar a Constituição e no caso a estão respeitando" (Revista de Direito Público, nº 17 - Ed. Rev. dos Trib.).

D

O ilustre Professor da USP, utiliza como modelo paradigmático a definição legal contida no art. 5º no II do Decreto-Lei, nº 200 (que ao definir a empresa pública, diz ao final, "podendo

revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito”) para aprofundar seu raciocínio.

E prossegue o José Nabantino Ramos:

“Repitamos a cláusula final do texto: “podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em Direito”. É muito importante atentar para o verbo **poder**, que aí aparece como simples faculdade, não como dever ou obrigação. Quer isso dizer que a empresa pública pode, não deve “revestir-se de qualquer das formas admitidas em Direito” o campo ficou pois, aberto, à criação de novas formas jurídicas, para vestir as empresas públicas, além das que já estão admitidas em Direito”.

“Quando define, entretanto, as sociedades de economia mista, já o decreto-leo no art. 5º n. III, fixa um único caminho a seguir, que então se torna obrigatório: “Sociedade de economia mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, **sob a forma de sociedade anônima, cujas ações** com direito a voto pertençam, em sua maioria à União ou à entidade da administração indireta”. Não há que escolher a forma da sociedade de economia mista, mas constitui-la, necessariamente, como sociedade anônima. Cessa o arbítrio do administrador, diferentemente, do que acontece com as empresas públicas, que ela constituiria sob qualquer das formas já “admitidas em Direito” ou criará novas formas”.

“Os ilustres defensores das sociedades mercantis, como única roupagem possível para a empresa pública, ao subordinarem sua criação ao direito privado, desatendem, “data venia”, ao fato irretorquível de que ela nasce do exclusivo domínio do direito público, tanto assim que a criação se realiza por lei, não por contrato. Por ato de império do Estado, não por convenção de particulares, como teria de acontecer, para que a criação, da entidade, se governasse pela disciplina do direito privado. E continuando desatentos a essa realidade, luminosa, negam a Estados - Membros e a Municípios, que são, tanto quanto a União, de direito público, a faculdade que sempre tiveram e que ninguém, jamais lhes negou, de agir no campo do direito administrativo, praticando atos de seu interesse”. (idem, pgs. 104 105 e 107).

O condenável, sustenta o Prof. de Direito Econômico de São Paulo, é **exatamente** que as empresas públicas adotem a forma de sociedades anônimas.

Cita Trajano Miranda Valverde que considera “monstruosidade-jurídica” o “indivíduo - a Sociedade”, e lembra a famosa reunião de Rangoon, convocada pela ONU, que também condenou tal modalidade.

É extremamente valiosa a sua crítica”.

“Em nosso País, tem-se recorrido ao artifício de incluir entre os sócios, ao lado do Estado, com reduzidíssimo número de ações, algumas entidades da administração indireta, como permite a primitiva redação do art. 5º n. II decreto lei federal 200, já eliminada, e como ainda permite o art. 5º do decreto lei 900. Mas a solução continua artificial, corruptora da teoria societária, porque essa entidade pertencem todas ao Estado.

“A União ainda pode fugir a esses impedimentos legais, constituindo por lei sociedades anônimas anômalas, dada a competência que tem para legislar sobre direito comercial (Constituição, art. 8º, n. XVII, b.). Como a lei se revoga por outra lei, ela escapa à ilegalidade, embora desnaturando, de direito e desnecessariamente, o instituto das sociedades anônimas. Mas os Estados e os Municípios que não tem aquela competência, estão obrigados a permanecer nos limites fixados pela lei nº 2.627. E então uma de três: ou renunciam à forma anônima, ao constituírem empresas públicas; ou as constituem e as deixam sem os necessários controles administrativos; ou as fazem funcionar sob controle, mas violando frontalmente a lei das sociedades anônimas.

“A solução é evidentemente a primeira: preferir, em lugar da forma anônima, a empresa pública específica, que, como

criação administrativa, comporta o respectivo Estatuto, adequada subordinação ou vinculação a órgãos fiscalizadores da Administração Pública. (pág. 108 e 109).

Aliás o próprio José Cretella Júnior, em obra posterior a sua “Empresa Pública”, trazida à colação no parecer já mencionado é taxativo em admitir empresa pública municipal unipessoal.

Desnecessário dizer que se se admite empresa pública municipal unipessoal, por igual razão há de admitir-se empresa pública estadual unipessoal.

Eis o argumento do prof. José Cretella Júnior:

“Desse modo, tomando como referência o modelo federal, podem ser criadas **empresas públicas pluripessoais**, na esfera municipal, sob a forma de sociedade anônima, da qual participe, com a maioria do capital votante, o próprio município, distribuindo-se o resto do Capital por outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como por entidades da Administração Indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal, ou de outros Municípios.

“Esta **empresa pública pluripessoal**, de criação originária pelo Município, com a finalidade de explorar atividades econômicas que o Prefeito seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa, podendo revestir qualquer das formas admitidas em direito, nos termos do Decreto-lei nº 200, artigo 5º II, com a redação que lhe deu o Decreto-Lei nº 900. Nada impede, porém que o município transforme **autarquia municipal**, em pleno funcionamento, que execute atividades típicas da Administração Pública em **empresa pública municipal**, seguindo, aliás, mais uma vez, a orientação federal, como ocorreu, por exemplo, com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com o Banco Nacional de Habitação, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico”.

“Temos agora a empresa pública, não desempenhando atividades econômicas, mas exercendo “serviços públicos”. Muda-se o regime jurídico, mas conserva-se a “matéria-prima” desempenhada. Muda-se a “forma”, o “continente”, o “regime jurídico”, o regime jurídico, mas conserva-se o “conteúdo”.

“Neste caso, a “empresa pública” pode, por exceção, assumir a “forma unipessoal”. Nem se diga que se esteja contrariando a possibilidade que tem a União de legislar “privativamente” sobre “direito comercial”, já que a atividade desempenhada é “serviço público”. Como se observa, neste caso a “empresa pública”, configuraria hipótese típica de “decentralização” embora não originária”.

(Direito Municipal, Ed. Universitária de Direito Ltda., São Paulo, 1975., pág. 134).

Não posso deixar de registrar, antes de concluir a completa imprestabilidade da Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974, que dispõe sobre “a organização do Poder Executivo no sistema de administração Pública do Estado do Paraná.”

Essa lei que deveria conferir parâmetros seguros e preciosos na configuração da administração indireta, revela-se de uma indigência melancólica.

Diga-se, porém, a favor da referida lei que ela atinge, às vezes, momentos de sutil comicidade.

Obra-prima de tautologia, corajosamente preceitua que a “a administração indireta compreende serviços instituídos para limitar a expansão da administração direta...” (sic)

Ao definir as empresas públicas, contudo, desvanece-se o tom burlesco para exsurgir crasso erro conceitual e jurídico.

5. AS CONCLUSÕES GERAIS E O ANTE-PROJETO

Assim, resumida e conclusivamente, em face das razões expendidas acima, é meu entendimento que:

1º - Empresas Públicas são entidades da Administração descentralizada apenas quando instituídas para operarem serviços públicos;

2º - Empresas Públicas criadas para intervenção no domínio econômico não são entidades de administração pública des-

centralizada, pois operam o que se pode denominar serviços governamentais e não serviços públicos;

3º — Os Estados-Membros podem em razão de sua competência constitucional residual, criar e organizar empresas públicas desde que limitem sua atuação às atividades caracterizadas como de serviços públicos; são-lhes vedadas intervenções na ordem econômica, salvo se autorizadas por lei federal.

4º — Quando os Estados-Membros criam e organizam empresas públicas para realizarem, por via administrativa descentralizada, serviços públicos, tais empresas podem revestir-se de formas próprias e singulares, pois por disposição constitucional é deferido a elas poder de organizar os seus serviços públicos.

5º — Nenhum imperativo legal, explícita ou implicitamente, determina a forma de que devam se revestir as empresas públicas estaduais. É evidente, porém, que se optarem por um modelo societário constante da legislação federal, deverão se adequar ao regime jurídico.

6º — O Decreto-Lei nº 200/67 no que pertine à Administração Descentralizada contém notórias deficiências jurídicas.

E se tais deficiências fossem consideradas irrelevantes para os efeitos de eficácia e validade do texto legal, é inquestionável que ele não se aplica aos Estados Federados, exceção feita ao seu título XII (Das Normas Relativas a Licitações).

7º — Ainda que aplicável fosse, não estariam os Estados Membros obrigados a adotarem esquemas previstos em nosso direito comercial, pois o comando da regra legal (art. 5, II, dec. lei nº 200) contempla disposição meramente facultativa.

O anteprojeto governamental, indiscutivelmente, não está colocado em boa forma jurídica ou formal.

É no mínimo, estranhável, que se remeta a esta Assembléia Legislativa Mensagem em tais condições.

Vago, impreciso, descuidado, omissivo, redundante, o anteprojeto está, sem dúvida, a merecer reparos.

Eu próprio tive oportunidade de ressaltar alguns dos seus aspectos negativos em especial reunião dessa Comissão, quando a visitou para discutí-lo o titular da Secretaria da Administração.

O deputado relator, Accioly Neto, com a acuidade que lhe é própria, apontou com farta e vigorosa argumentação, várias falhas (fls. 9) que o envolvem e que, segundo entendo, se mantidas tornam inviável e mesmo desaconselhável a sua aprovação.

Apresento, em tentativa saneadora, um substitutivo para apreciação desta douta Comissão, o qual se viver a ser acolhido penso, poderá figurar no mundo jurídico.

Conclusivamente meu voto é pela aprovação da mensagem na forma da emenda substitutiva em anexo, que ora proponho à consideração de Vossas Excelências.

É o parecer, sub censura.

a) LUIZ ROBERTO SOARES

— REJEITADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA AO ANTEPROJETO DE LEI Nº 92/75

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a constituir uma Empresa Pública, sob a denominação de Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR —, vinculada à Secretaria de Estado da Administração, destinada a planejar, organizar, promover e dirigir as atividades relacionadas com o projeto, construção, reparo, ampliação, conservação e manutenção de prédios públicos e de seus equipamentos, assim como obras não atribuídas a outros órgãos da Administração Direta ou Indireta cuja atividade-fim esteja compreendida no âmbito dos serviços de engenharia ou assemelhados.

Art. 2º — A EMOPAR terá personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira.

Art. 3º — A EMOPAR terá sede e foro na cidade de Curitiba

podendo, a critério da Diretoria Executiva, criar ou extinguir filiais, agências ou escritórios nesta ou em qualquer localidade do Estado.

Art. 4º — O capital da EMOPAR, será de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), constituído integralmente pelo Estado.

§ 1º — O capital de que trata o presente artigo será integralizado até o ano de 1978, mediante dotações orçamentárias, consignadas em um ou mais exercícios financeiros, créditos especiais ou incorporação de bens do Estado.

§ 2º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para atender às despesas de implantação e manutenção das atividades da EMOPAR no corrente exercício financeiro.

Art. 5º — A EMOPAR gozará, de isenção tributária.

Art. 6º — Constitui receita da EMOPAR:

I — A remuneração estabelecida nos contratos que firmar;

II — Os juros, dividendos e outras rendas resultantes da exploração de seu capital;

III — Receitas de prestação de serviços;

IV — As dotações orçamentárias;

V — Empréstimos, auxílios, contribuições e subvenções;

VI — Doações, legados e rendimentos, provenientes de outras fontes;

VII — Produto de venda de material inservível;

VIII — Operações de crédito.

Art. 7º — O regime jurídico do pessoal da EMOPAR será o da legislação trabalhista, a admissão obedecerá a sistema de seleção e os salários acompanharão os níveis do mercado de trabalho.

Parágrafo único — A EMOPAR, poderá utilizar funcionários do Poder Executivo postos à sua disposição pelo Governador, os quais conservarão o regime jurídico a que estiverem sujeitos e serão considerados como em efetivo exercício no respectivo cargo para todos os efeitos legais.

Art. 8º — A EMOPAR proporá a autoridade competente as desapropriações que se fizerem necessárias.

Art. 9º — A EMOPAR será administrada por:

I — Conselho de ADMINISTRAÇÃO;

II — Diretoria Executiva;

III — Conselho Fiscal.

§ 1º — O Conselho de Administração será constituído de 5 (cinco) membros.

§ 2º — A Diretoria Executiva será constituída de 3 (três) membros.

§ 3º — O Conselho Fiscal será constituído de 3 (três) membros.

Art. 10 — O mandato dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal será de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Art. 11 — A remuneração dos membros da Diretoria Executiva será fixada anualmente pelo Governador do Estado, cujo montante não excederá ao fixado para os de Secretário de Estado.

Parágrafo único — O mandato dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal não será remunerado.

Art. 12 — A EMOPAR, além da prestação de contas prevista na legislação específica submeterá o balanço financeiro ao Tribunal de Contas no prazo de sessenta dias após o encerramento do exercício.

Art. 13 — Na aquisição ou alienação de bens como na contratação de obras ou serviços, a EMOPAR obedecerá as normas da legislação aplicável à licitação.

Art. 14 — A EMOPAR reger-se-á pelo Estatuto que for estabelecido por decreto do Governador.

Art. 15 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 92/75

Autor: Governo do Estado, Mensagem nº 28/75

Assunto: Autoriza constituir, sob forma de Empresa Pública, a Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, vinculada à Secretaria de Estado da Administração.

1 — O presente plano de lei objetiva dotar o Estado de novo órgão capaz de desenvolver e dinamizar as atividades do setor de obras públicas, dentro do moderno conceito administrativo, preconizado pela Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974.

2 — Não obstante a douta Comissão de Constituição e Justiça ter emitido parecer contrário, entendemos que a criação da Empresa pretendida, virá contribuir decisivamente no atendimento às obras principalmente reparos em todos os prédios próprios do Estado.

3 — No mérito e quanto ao aspecto financeiro, competência desta Comissão para opinar, verifica-se que o projeto atende as exigências legais, nada vemos que impeça a sua aprovação, pelo que opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1975.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 92/75
PARECER

O anteprojeto em apreciação envolve mensagem governamental, propondo a criação da empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, denominada EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO PARANÁ — EMOPAR, vinculada à Secretaria de Estado da Administração, destinada a planejar, organizar, promover as atividades relacionadas com o projeto, construção, reparo, ampliação, conservação e manutenção de prédios, obras e equipamentos de interesse público.

Em que pese a Comissão de Constituição e Justiça, pela maioria de seus membros, ter emitido parecer contrário à criação da empresa em referência, é nosso entendimento ser válida a iniciativa do Governo do Estado, no sentido de se equiparar de maneira eficaz, para dar melhor cumprimento ao seu programa de trabalho.

Essa iniciativa do Governo do Estado se prende à sua filosofia administrativa, dinâmica e moderna, no atendimento dos serviços de interesse geral do povo paranaense, própria da época progressista que vimos atravessando, sem os entraves naturais da legislação reguladora da condução dos negócios públicos na administração direta, mas, também, sem a fuga à fiscalização de seus atos.

Entretanto, é nosso entendimento que a matéria seja aprovada com algumas alterações já propostas nesta Casa, aprimorando e dando melhor posicionamento do funcionamento da empresa, cuja criação está sendo proposta, e atendendo, também, à legislação vigente.

Assim, apresentamos à consideração de nossos ilustres Pares, a Emenda Substitutiva ao Anteprojeto primitivo, anexa, para exame e aprovação por parte desta Comissão.

Sala das Comissões, em 17 de outubro de 1975.

aa) ALFREDO GULIN — Presidente

DAVID FEDERMANN — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO
EMENDA SUBSTITUTIVA AO
ANTEPROJETO DE LEI Nº 92/75

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a constituir uma Empresa Pública, sob a denominação de Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR —, vinculada à Secretaria de Estado da Administração, destinada a planejar, organizar, promover e dirigir as atividades relacionadas com o projeto, construção, reparo, ampliação, conservação e manutenção de prédios públicos e de seus equipamentos, assim como obras não atribuídas a outros órgãos da Administração Direta ou Indireta, cuja atividade-fim esteja compreendida no âmbito dos serviços de engenharia ou assemelhados.

Art. 2º — A EMOPAR terá personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira.

Art. 3º — A EMOPAR terá sede e foro na cidade de Curitiba, podendo, a critério da Diretoria Executiva, criar ou extinguir filiais, agências ou escritórios nesta ou em qualquer localidade do Estado.

Art. 4º — O capital da EMOPAR, será de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), constituído integralmente pelo Estado.

§ 1º — O capital de que trata o presente artigo será integralizado até o ano de 1978, mediante dotações orçamentárias, consignadas em um ou mais exercícios financeiros, créditos especiais ou incorporação de bens do Estado.

§ 2º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para atender as despesas de implicação e manutenção das atividades da EMOPAR no corrente exercício financeiro.

Art. 5º — A EMOPAR gozará de isenção tributária.

Art. 6º — Constitui receita da EMOPAR:

I — A remuneração estabelecida nos contratos que firmar;

II — Os juros, dividendos e outras rendas resultantes da exploração do seu capital;

III — Receitas de prestação de serviços;

IV — As dotações orçamentárias;

V — Empréstimos, auxílios, contribuições e subvenções;

VI — Doações, legados e rendimentos provenientes de outras fontes;

VII — Produto de venda de material inservível;

VIII — Operações de crédito.

Art. 7º — O regime jurídico do pessoal da EMOPAR será o da legislação trabalhista, a admissão obedecerá à sistema de seleção e os salários acompanharão os níveis do mercado de trabalho.

Parágrafo único — A EMOPAR, poderá utilizar funcionários do Poder Executivo postos à sua disposição pelo Governador, os quais conservarão o regime jurídico a que estiverem sujeitos e serão considerados como em efetivo exercício no respectivo cargo para todos os efeitos legais.

Art. 8º — A EMOPAR proporá a autoridade competente as desapropriações que se fizerem necessárias.

Art. 9º — A EMOPAR será administrada por:

I — Conselho de Administração;

II — Diretoria Executiva;

III — Conselho Fiscal.

§ 1º — O Conselho de Administração será constituído de 5 (cinco) membros.

§ 2º — A Diretoria Executiva será constituída de 3 (três) membros.

§ 3º — O Conselho Fiscal será constituído de 3 (três) membros.

Art. 10 — O mandato dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal será de 3 (três)

anos, permitida a reeleição.

Art. 11 — A remuneração dos membros da Diretoria Executiva será fixada anualmente pelo Governador do Estado, cujo montante não excederá ao fixado para os de Secretário de Estado.

Parágrafo único — O mandato dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal não será remunerado.

Art. 12 — A EMOPAR, além da prestação de contas prevista na legislação específica, submeterá o balanço financeiro do Tribunal de Contas no prazo de sessenta dias após o encerramento do exercício.

Art. 13 — Na aquisição ou alienação de bens como na contratação de obras ou serviços, a EMOPAR obedecerá às normas da legislação aplicável à licitação.

Art. 14 — A EMOPAR reger-se-á pelo Estatuto que for estabelecida por decreto do Governador.

Art. 15 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de outubro de 1975.

a) ALFREDO GULIN.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão. A este Projeto de Lei, foi apresentado requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, que será lido pelo Sr. 2º Secretário. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com base no art. 134, § 3º, inciso VIII, do Regimento Interno, vem requerer que, uma vez ouvido o douto plenário desta Casa, seja o Projeto de Lei enviado por mensagem do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado pretendendo a criação da Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, apreciado pela Comissão de Orçamento, visto que em seu artigo 12 prevê a designação de uma verba orçamentária de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para atender às despesas de implantação e manutenção das atividades da EMOPAR, no corrente exercício financeiro, podendo, para tanto, cancelar recursos de igual valor no vigente Orçamento Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Tratando-se de verba do vigente orçamento, é natural e juridicamente indeclinável que a comissão referida se pronuncie em matéria específica de sua competência.

Nestas condições, visando revestir o processo legislativo de todas as formalidades legais, e jurídicas, espera-se que o egrégio plenário, reconhecendo o espírito de justiça e a alta relevância da matéria, acolha o presente pedido.”

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, tão somente para que o Sr. Secretário esclareça do artigo e respectivo parágrafo do Regimento Interno invocado pelo autor do requerimento.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Artigo 134, parágrafo 3º, inciso 8º.

O SR. IVO THOMAZONI — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, — “Artigo 134, § 3º, inciso 8, invocado, pelo deputado autor do requerimento.

“A ausência de um Comissão sobre determinada matéria”.

Sr. Presidente, sem pretender ser mais realista que ninguém, invoco o artigo 5º do Regimento Interno.

“Sessão 3ª — “das atribuições das comissões.

Artigo 5º — À Comissão de Orçamento compete opinar sobre: 1º - Assuntos atinentes à fiscalização de orçamento do Estado.

2º — Proposta de orçamento remetida pelo Governador

do Estado, organizando na sua pauta, o Projeto de Lei Orçamentária, a base do orçamento do ano anterior.

Sr. Presidente, data vênua, quer me parecer que o requerimento do eminente Deputado Fidelcino Tolentino, muito embora pretenda fazer com que a Mensagem Governamental e o anteprojeto de lei e o substitutivo geral apresentado pela Comissão de Obras, receba parecer da Comissão de Orçamentos, não encontra o requerimento, respaldo regimental.

Portanto, as atribuições da Comissão de Orçamento, estão perfeitamente postas, no Artigo 50 em seus incisos um e dois.

Por esta razão, Sr. Presidente, nós votaremos contrariamente à pretensão do eminente Deputado Fidelcino Tolentino.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, conquanto, é lícito argumentando apenas o pensamento expedido pelo nobre líder da ARENA e do Governo nesta Casa, invoco ainda também subsidiariamente, o artigo 50 do mesmo Regimento Interno onde fala que “À Comissão de Orçamento compete opinar sobre assuntos atinentes à fiscalização do Estado”.

Realmente, o projeto cujo objeto seria posto em discussão, está resguardada esta discussão, pelo requerimento de nossa autoria, ele fala em seu artigo 12 no projeto original “A designação das verbas para constituir despesas, com as empresas, da ordem de cinco milhões de cruzeiros. Isto está consignado no artigo 12. que eu quero ler.

“Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial de cinco milhões de cruzeiros, para atender despesas de implantação e manutenção das atividades da EMOPAR, no corrente exercício financeiro, podendo para tanto carrear recursos de igual valor no vigente orçamento geral do Estado. Como exercer a fiscalização, o emprego de verba orçamentária se uma Comissão especializada não opinou sobre o caso?

O que se pretende, Sr. Presidente, Srs. Deputados e, de um modo especial Senhor Líder do Governo e da ARENA, é evidentemente não se subtrair da Comissão competente e permanente desta Casa, a apreciação de uma matéria que vem trazer uma modificação especial no orçamento vigente e quase em declínio do exercício financeiro.

Como se poderia exercitar esta prerrogativa constitucional do Poder Legislativo sem que se ouça a Comissão competente para apreciar e dizer tecnicamente da matéria? Este exercício financeiro do orçamento vigente foi votado à mesma época, no ano passado. Evidentemente que uma das finalidades que se pretende através desta lei ou deste projeto de lei, é modificar parcialmente o programa ora em vigor.

Não se pode compreender que a ARENA, através da voz de sua liderança, pretenda subtrair esta prerrogativa regimental, esta prerrogativa constitucional de se apreciar matéria de tal relevância porque modifica o programa — e este é o assunto que falou há pouco o Deputado Deni Schwartz — se é que o Governo tinha programa.

Esta é a razão por que entendemos que a Comissão de Orçamento deve consignar também o seu parecer, a sua apreciação porque se trata de uma Comissão Técnica que visa objetivamente apreciar os recursos da Lei de Meios.

Fundamento o meu requerimento com base ainda neste mesmo inciso porque os assuntos atinentes à fiscalização do orçamento não podem ser derogados por simples alusão do líder da ARENA, que pretende escamotear ou subjetivar outra interpretação que não seja de ordem técnica.

Por estas razões concito a minha bancada e também os nobres Deputados da ARENA, e mesmo S. Exa. o líder do Governo para apreciar esta questão de alta relevância e de grande interesse para não se subtrair do Legislativo e mesmo da Comissão que pertence a este Legislativo, a apreciação da verba que se tira de alguma parte do orçamento para ser aplicada nesta pretensão

empresa EMOPAR. — (Sem revisão do orador).

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, invoco o artigo 105 do Regimento Interno, para que V. Exa. me conceda a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, não é verdade que a liderança pretende escamotear, nem subjetivar, nem fazer com que a matéria fuja à apreciação deste ilustre plenário. Essa mensagem, Sr. Presidente, está na Casa...

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela Ordem).

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, invoquei o artigo 105, do Regimento Interno.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, no encaminhamento de votação só se permite o uso da palavra uma vez, a cada um dos Srs. Deputados.

A invocação do artigo 105 feita pelo nobre Deputado Ivo Thomazoni, eminente líder do Governo, não pode passar despercebida a V. Exa. O Artigo 105, diz claramente: "Urgência é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e a de parecer, mesmo verbal, das Comissões permanentes, para que de terminada proposição seja imediatamente considerada até a sua decisão final".

De modo que esse artigo não constitui exceção. Temos todos respeito pelo Regimento Interno, e não quero dizer que o eminente líder do Governo esteja desrespeitando o Regimento Interno. Mas, me parece que S. Exa. foi infeliz ao invocar o artigo 105.

O SR. IVO THOMAZONI — (Questão de ordem). Sr. Presidente, o artigo 105 é claro, a proposição em apreço está em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE — Tem procedência a Questão de Ordem levantada pelo ilustre Deputado Muggiati Filho, Líder do MDB.

O SR. IVO THOMAZONI — (Questão de ordem). Sr. Presidente, pediria a V. Exa. que não considerasse o requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. Porque o artigo 105, do Regimento Interno, diz que a proposição seja imediatamente considerada até a sua decisão final.

Quer me parecer que pedindo que não se vote o requerimento de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, V. Exa. poderia interpretar intempestiva a minha participação neste episódio.

Muito obrigado.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Preliminarmente, queremos deixar bem claro a nossa posição e a sua descaracterização de qualquer intenção pessoal, na contradita Questão de Ordem levantada pelo eminente Líder do Governo.

Não iríamos, por uma questão de somenos importância, impedir que S. Exa. falasse. Mas, é que não podemos concordar que se invoque o artigo 105, do Regimento Interno, que diz: "Urgência é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e a de parecer, mesmo verbal, das Comissões permanentes, para que determinada proposição seja imediatamente considerada até a sua decisão final".

De modo que é a tramitação da proposição que deixa de se revestir determinada exigência. Mas essa exigência, também não vem ao cúmulo de se desmerecer um requerimento da ordem do que está para ser apreciado, para ser votado na Casa. Principalmente pelo seguinte: porque esse processo traz no seu processamento, uma inovação, que inclusive nós, estamos tomando conhecimento nesta sessão, de que um substitutivo vendido numa Comissão é aprovado noutra Comissão. Parece-me que, ma-

téria vendida na Comissão, seria matéria vencida e poderia se ressuscitar no plenário. O plenário não está adstrito ao formalismo das Comissões, mas seria até de se estudar preliminarmente se esse substitutivo que vem agora no bojo do projeto apresentado pela Comissão de Transportes e Obras, somente, que é o mesmo, é a repetição "verbis" do substitutivo apresentado na Comissão de Constituição e Justiça pelo eminente Deputado Luiz Roberto Soares, que foi rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça, matéria, portanto, para exame, para ser examinada, detidamente.

Esse exame, que o requerimento do nobre Deputado Fidelcino Tolentino nos irá propiciar oportunamente, não tem sentido polêmico, como parece entender o eminente líder da ARENA e do Governo nesta Casa. Porque S. Exa. pretendeu usar até de uma interpretação do Regimento Interno para contraditar a pretensão, na defesa que fez no encaminhamento da votação do seu requerimento, atacado que foi pelo Líder do Governo.

Parece-me, e seria de bom alvitre que a própria bancada de Governo assim analisasse a matéria, de que a deliberação sobre esse assunto pode muito bem sofrer ainda mais essa breve tramitação pela Comissão de Orçamento, propiciando, inclusive, a que aqueles que estão estudando a matéria, possam se alongar e chegar a melhor conclusão no assunto, não precipitando uma decisão que poderia ser até adotada sem um estudo definitivo sobre a matéria. Portanto, o que o requerimento pretende, além daquilo que ele encerra, de ouvir-se a Comissão de Orçamento, porque a matéria também interessa à Comissão de Orçamento, que porá, sem prejuízo que lhe é pertinente, além de tudo isso nós vemos ainda nesse requerimento oportunidade que o regime de urgência tirou do projeto. Seria assim evitado que o seu encaminhamento, feito de modo apressado, aodadamente, possa tolher a sua intenção, a intenção do legislador aqui presente. Por isso nós reiteramos e a nossa bancada votará pelo requerimento do Deputado Fidelcino Tolentino, confiando de que o assunto sejam melhor examinado pela eminente bancada da ARENA nesta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem).

Sr. Presidente, encaminhei um requerimento para que a votação se proceda nominalmente.

O SR. PRESIDENTE — Realmente, há um requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi: solicitando que a votação seja nominal do requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. Em votação o requerimento. Rejeitado.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem).

Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Vai ser procedida a verificação de votação solicitado pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, queiram se levantar. 26 Srs. Deputados rejeitam e 19 Srs. Deputados aprovam. — Rejeitado.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — Rejeitado.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela Ordem)

Sr. Presidente, requeiro verificação do votação.

O SR. PRESIDENTE — Vai ser procedida a verificação de votação requerida pelo Sr. Deputado Muggiati Filho. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino queiram levantar-se. 26 Srs. Deputados rejeitam e 19 Srs. Deputados aprovam. — Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Damos, requer votação nominal para a votação do Projeto de Lei nº 92/75. Em votação. — Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE – Em votação o Projeto de Lei n.92/75.–
Aprovado.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei 125/75, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 1/75 encaminhando anteprojeto de Lei referente à proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos do Estado, para o triênio 1976/78. Parecer favorável da C.O., com Emendas.–

O SR. PRESIDENTE – Em discussão - Encerrada a discussão.–
Em votação o projeto, ressalvadas as emendas em virtude do requerimento lido da Mesa em sessão anterior.– Aprovado o projeto.

Emenda nº1, vasada nos seguintes termos: (Lê):

“EMENDA MODIFICATIVA

O Deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, apresenta ao Projeto de Lei do Orçamento Plurianual de Investimentos do Governo do Estado a seguinte Emenda modificativa, na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, Entidades Vinculadas - Código 6000. pág. 441, onde se lerá:

Cód.	Especif.	1976	1977	1978
6003	F.UNIV. EST.LON- DRINA	91.106.000	127.440.000	153.960.000
6009	F.Fac.Est. Filos.Cien. e Letras de Paranaguá	3.090.000	4.400.000	4.740.000

Às fls. 481 - no Resumo da Despesas por Unidade. Fonte de Recursos e Aplicação.

Código 6003 - nas Despesas Correntes dos Exercícios de 1976, 1977 e 1978 ficam reduzidos os recursos ordinários à Conta do Tesouro, para as seguintes importâncias:

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

1976	1977	1978
59.366.000	70.000.000	84.000.000

Código	Especificação	1976	1977	1978
6003	F.Univers. Est. de Londrina	90.106.000	120.320.000	144.840.000
6004	F.Univers. Estadual de Ponta Grossa	28.520.000	40.500.000	48.210.000
6005	F. Univers. Est. de Maringá	52.800.000	63.200.000	75.100.000

Às fls. 481 - no Resumo da Despesa por Unidade, Fonte de Recursos e Aplicação.

Código 6003 - nas Despesas Correntes dos Exercícios de 1976, 1977 e 1978, ficam reduzidos os recursos ordinários à Conta do Tesouro, para as seguintes importâncias:

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA.

1976	1977	1978
52.679.000	62.880.000	74.880.000

Às fls. 484 - no mesmo quadro - Código 6004, ficam elevadas as respectivas importâncias para os seguintes valores nos exercícios de

Às fls. 493 - no mesmo quadro - Código 6009, ficam elevadas as respectivas importâncias para os seguintes valores nos exercícios de

FUNDAÇÃO FAC. ESTADUAL DE FIL. CIÊNCIAS E LETRAS
DE PARANAGUÁ

2.1-	1977	1978
1976		
2.100.000	3.300.000	3.540.000

que correrão, como consta da Proposta Orçamentárias, à conta dos recursos do Tesouro do Estado.

Ficam igualmente alterados, nos demais quadros que acompanham o referido documento, nessas importâncias, no que for necessário, pelas alterações nesta emenda proposta, a fim de não perturbar a unidade orçamentária.

Ficam alterados igualmente, nos valores propostos, na parte dos respectivos orçamentos anuais na categoria econômica Pessoal - Pessoal Civil - os valores aqui emendados.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO”

O SR. PRESIDENTE – Em discussão - A emenda tem parecer favorável da Comissão de Orçamento. Em votação.– Aprovada.

Emenda nº 2, vasada nos seguintes termos: (Lê):

“EMENDA MODIFICATIVA

AO PROJETO DE LEI Nº 122/75

Os Deputados que a esta subscrevem, com fundamento no Regimento Interno desta Casa, apresentam ao Projeto de Lei do Orçamento Plurianual de Investimentos do Governo do Estado da Educação e Cultura, Entidades Vinculadas - Código 6.000 pág. 441, onde se lerá

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE P. GROSSA.

1976	1977	1978
27.687.000	33.120.000	39.120.000

na categoria das Despesas Correntes, relativamente aos recursos ordinários à Conta do Tesouro, e às fls. 486, no Código 6005 - nas Despesas Correntes, nos exercícios de 1976, 1977 e 1978, ficam os seguintes calores:

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

1976	1977	1978
35.000.000	42.000.000	49.000.000

que correrão, como consta da Proposta Orçamentária, à

conta dos recursos do Tesouro do Estado.

Ficam igualmente alterados nos demais Quadros que acompanham o referido documento, nessas importâncias, no que for necessário, pelas alterações nesta emenda proposta, a fim de não perturbar a unidade orçamentária.

Ficam alterados igualmente, nos valores propostos, na parte dos respectivos orçamentos anuais na categoria econômica Pessoal - Pessoal Civil - os valores aqui emendados.

JUSTIFICATIVA:—

A presente emenda, ao que entendemos, não conflita com o disposto ao Art. 65, § 1º, da Constituição Federal, eis que somente veda entre outras emendas a projeto ou programa. No presente caso e emenda, na forma do orçamento funcional-programático, pretende emendar atividade, exercida pelas três respectivas Universidades Estaduais.

No texto legal, anteriormente à adoção das modernas técnicas orçamentárias adotadas pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, das Portarias 9, 20 e 4, de 28-01-74, e 12-03-75, a definição de projeto e contida na de programa da qual é continente.

Um programa pode enfeixar muitos projetos, mas um projeto só pode subordinar-se a um programa. O mesmo ocorre com a atividade.

Não sento o texto constitucional feito, assim, qualquer discriminação com respeito a atividade, tem, pois, amparo legal.

DO MÉRITO:—

Para elaboração desta emenda tomou-se por base o número de alunos matriculados nas respectivas Universidades, no ano de 1975, que apresentam:

Londrina	6.000 alunos
Ponta Grossa	3.000 alunos
Maringá	3.500 alunos

Tomando-se por base os valores orçados no quadro constante da pág. 441, verifica-se um custo medio por aluno, do Estado, de:

Cr\$ 9.229,00 - Cr\$ 11.040,00 e Cr\$ 13.040,00 para os exercícios de 1976, 1977 e 1978, respectivamente.

Aplicados esses custos proporcionalmente à soma de recursos, verifica-se que há uma discriminação acentuada com respeito especialmente à Universidade de Ponta Grossa em favor de outras Universidades.

Esta emenda visa diminuir essa discriminação, eis que só pretende alterar os custos operacionais das respectivas unidades.

Não pretende, como não lhe é permitido, por força da Constituição Federal, alterar as previsões para os investimentos, subordinados ao título Despesas de Capital, eis que adentraríamos na área dos projetos, mas aonde também se apresenta a mesma discriminação.

A Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, se apresenta em iniciar a construção de seu Campus Universitário, mediante Convênio com entidade estrangeira, na obtenção de recursos, mas que não exonera, no caso, uma maior e mais substancial participação do erário governamental, o que não se verifica neste Orçamento Plurianual.

Por outro lado, não dispondo de maior prazo para a apresentação de emendas, devidamente analisadas em outros setores da ação governamental, os signatários esperam que tão somente esta emenda seja aceita e aprovada pelas razões aqui apresentadas, no vero anseio de se fazer justa distribuição de recursos financeiros estaduais, no campo do ensino universitário.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK
a) DAVID FEDERMANN"

O SR. PRESIDENTE — Em discussão. A emenda tem parecer favorável da Comissão de Orçamento.— Em votação. Aprovada.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Direção da TELEPAR, através de seu Diretor Presidente, pela instalação de mais sessenta novos terminais telefônicos nesta Casa de Leis.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que designe um órgão competente para iniciar a campanha de esclarecimentos aos pedestres na travessia das vias públicas.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietfangel, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e ao Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., solicitando regime de urgência para o processo de instalação de uma agência do referido banco na cidade de Santa Cruz do Monte Castelo.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor Presidente da COPEL, no sentido de determinar providências para que o Bairro dos França e os distritos de Lageado, Briolândia e Natingui, no município de Ortigueira, recebam energia elétrica fornecida por aquela empresa.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Emilio Andreata, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 101/75.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 129/75.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de que seja instalado um posto de vacinação contra a febre aftosa, no município de Céu Azul.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João de Lima, ocorrido em União da Vitória. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO.—

dos Projetos de Lei nºs 12/74, 38/75 e 55/75.

2ª DISCUSSÃO.—

do Projeto de Lei nº 92/75

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs:

66/75, 88/75, 94/75 e 101/75.

marcando ainda, para o dia 23, quinta-feira a 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 125/75.

Levanta-se a sessão.